



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**KAMILA BORGES ARAGÃO PESSOA**

**RESISTÊNCIA DAS MULHERES CONGOLESAS: CONFRONTANDO**  
**SUJEIÇÕES SEXUAIS**

**João Pessoa - PB**

**2015**

KAMILA BORGES ARAGÃO PESSOA

**RESISTÊNCIA DAS MULHERES CONGOLESAS: CONFRONTANDO  
SUJEIÇÕES SEXUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Graduação em Relações  
Internacionais da Universidade Estadual  
da Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de bacharel em  
Relações Internacionais.

Área de concentração: Relações  
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto  
Loyolla Kuhlmann

João Pessoa – PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P475r Pessoa, Kamila Borges Aragão  
Resistência das mulheres congoleesas [manuscrito] :  
confrontando sujeições sexuais / Kamila Borges Aragão Pessoa. -  
2015.  
87 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações  
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann,  
Departamento de Relações Internacionais".

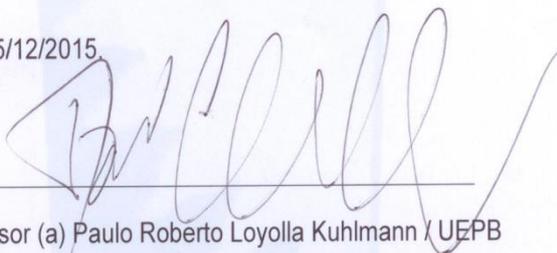
1. República democrática do Congo. 2. Emancipação. 3.  
Violência sexual. 4. Gênero. I. Título.

21. ed. CDD 967.2

**Kamila Borges Aragão Pessoa**

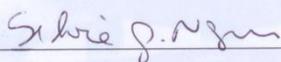
Monografia apresentada ao Curso de  
Relações Internacionais da Universidade  
Estadual da Paraíba.

Aprovado (a) em 15/12/2015



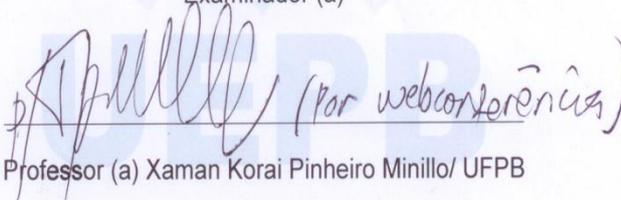
Professor (a) Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann / UEPB

Orientador (a)



Professor (a) Silvia Garcia Nogueira / UEPB

Examinador (a)



(por videoconferência)

Professor (a) Xaman Korai Pinheiro Minillo/ UFPB

Examinador (a)

## *Dedicatória*

Ao meu avô, Vicente Pessoa de Brito, *in memoriam*, que com muito desvelo, carinho e sutileza me fez amar as palavras. Estas, por ironia, são incapazes de expressar minha gratidão. Obrigada.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Luciane Borges, a mulher mais incrível e inspiradora que já conheci. Sou imensamente grata por tantos anos de dedicação, afeto, cuidado e amor.

Ao meu pai, Vicente Filho, que é o meu apanhador de sonhos. A pessoa que sempre me deixou acreditar no impossível e que despertou em mim a vontade e, principalmente, coragem de me lançar no que acredito, buscando voos cada vez mais bonitos.

À minha irmã, Karolina, e ao meu irmão, Vicente Neto, pela cumplicidade, amizade e carinho de todas as horas. Encontro minha paz no sorriso de vocês.

À minha família, com quem *compartilhei* tantos bons momentos, sempre regados de sorrisos, boa comida, fotografias, gritaria e amor. Vocês estão comigo o tempo todo.

Ao Professor, (des) orientador e palhaço Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, que além de ser um estimado amigo e de ter despertado em mim o sentimento de inquietação e criticidade no meio acadêmico, teve a coragem de me auxiliar na construção deste trabalho. Espero um dia ser a metade do profissional íntegro e transcendente que o senhor é: “o palhaço que pinta o rosto para viver”.

À professora Sílvia Nogueira, que sempre foi para mim um exemplo de pessoa e profissional, e que no decorrer do curso me ajudou a quebrar preconceitos, romper paradigmas, ampliar minhas perspectivas críticas sobre os fenômenos sociais e atentar para a questão do estudo de gênero dentro da nossa área de estudo.

À professora Xaman Korai que aceitou gentilmente o convite para participar da banca e avaliar o trabalho – mesmo à distância. Sou muito grata por todo o esforço.

À professora Ana Paula Maielo, por ter lecionado tão magistralmente e apaixonadamente todas as minhas disciplinas de Teoria das Relações Internacionais.

Às/Aos professoras/es como Andrea Pacheco, Cristina Pacheco, Alexandre Leite, Julio Cabrera e Murilo Mesquita que, no decorrer da minha estadia na UEPB, me permitiram

vivenciar o tripé da Universidade, me acolhendo em monitorias, grupos de estudo, projetos de pesquisa e de extensão. Sou extremamente grata pela oportunidade.

À professora Hilda Varela Barraza que, apesar da distância, sempre esteve disposta a ajudar e esclarecer dúvidas pontuais.

A todas as pessoas que já passaram e aquelas que ainda permanecem no PUA (Projeto Universidade em Ação), em especial a Suerda, Irla, Kalyandra, Maria Alice, Edith, Luís e Jefferson. Vocês me ensinaram que mudar, embora seja difícil, é possível. Continuem experimentando a Comunidade do Cristo/Rangel, aprendendo com ela e se re/descobrimo dentro dela.

Às funcionárias técnico-administrativas do Campus V, especialmente à Sandra e Kaline, que sempre me ajudaram com muita paciência e simpatia.

Às/aos amigas/os Aline Matos, Aline Fonseca, Indira, Jessika Pinheiro, Larissa, Letícia, Lívia, Nina, Cássio, Matheus Lins, Paulo, Pedro Ivo e Saul que sempre procrastinaram comigo, entre jogos de tabuleiro, banhos de piscina, festas e muito sushi.

Às/aos amigas/os Denise Xavier, Evelynne Trindade, Fernanda Gabriella, Ludimila de Araújo, Tâmara Miranda, Vanessa Inocência, Vera Lúcia, Igor Benício, Ives Gondim e Leandro Nobre pela amizade e compreensão de todas as horas.

Ainda às/aos amigas/os de muitas nacionalidades que fiz durante os meus intercâmbios na Espanha e em Malta, especialmente a Ana Mikolic, Marjorie Miranda, Tihana Virkes, Andres Fernando, Felipe Steinhagem, Jean René, João Victor Valim, Miguel Balbi e Vlad Perelygin. Obrigada por terem aberto a porta de suas vidas para mim.

À equipe da COPERMA, em especial a Marie Syauswa Nzoli, que ajudou a diminuir a distância entre o Brasil e a RDC, sendo sempre muito solícitos.

Por fim, ao meu amado Ernani, por vir aquarelando e bagunçando a minha vida desde 2009. Sou incondicionalmente grata por todo suporte, paciência e cuidado.

*“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir”*

*(Michel Foucault)*

*“Let us all, with wild joyfulness, sing  
The song of freedom (...)  
One people, one soul,  
One heart, ardent and proud.  
Let us all fight, every one of us,  
For our black country”*

*(La Congolaise)*

## RESUMO

A República Democrática do Congo tem padecido, no período pós-guerra Fria, de momentos de tragédia humana e desumanização. O país africano foi abalado por duas grandes guerras que geraram mais de 3,8 milhões de mortos, equivalendo a uma catástrofe humanitária. O término formal do conflito em 2003 não coibiu o “estado de violência” que assola a realidade congoleza, onde mais de 1,6 milhão de pessoas perderam a vida e outras centenas de milhares continuam enfrentando flagrantes violações de Direitos Humanos e vivenciando o drama de estarem deslocadas internamente, refugiadas ou sofrerem violações sexuais. A violência contra a mulher é um dado alarmante dentro deste clima belicista, que se encontra externado, principalmente, através de atrocidades sexuais como o estupro, a tortura, a escravidão sexual, o canibalismo e o incesto forçado. O presente estudo tem como intento compreender, a partir de um aporte bibliográfico e relato de casos, as consequências geradas pela opressão e subalternização das mulheres congolezas, através de autores e autoras como Judith Butler, Christine Sylvester, J. Ann Tickner, Lilitiana Suárez, Chandra Mohanty, Michel Foucault, dentre outras e outros. Além disto, busca delinear a relevância e pertinência das questões condizentes a questão de gênero, a partir de abordagens feministas pós-coloniais, anteriormente silenciadas e marginalizadas no campo das Relações Internacionais e de uma abordagem de segurança emancipatória, que coloca o seu foco no indivíduo e não no Estado. Por fim, pretende ainda abordar as estratégias de resistência e superação das mulheres, já existentes na RDC, uma vez que as mesmas deixam de estar na situação de objeto para ocupar a posição de sujeito, buscando a paz positiva a partir de uma modificação da violência estrutural e cultural do local. Fazemos isso a partir do estudo de uma ONG da RDC denominada COPERMA.

**Palavras-chave:** República Democrática do Congo. Emancipação. Violência sexual. Gênero.

## ABSTRACT

The Democratic Republic of Congo has suffered, during the post-Cold War period, moments of human tragedy and dehumanization. The African country was shaken by two catastrophic wars that have generated more than 3.8 million of deaths, corresponding to a humanitarian disaster. The formal end of the conflict in 2003 did not restrain the “state of violence” that torments the Congolese reality, where more than 1.6 million of people lost their lives and hundreds of thousands continue facing flagrant violations of human rights and living the drama of being internal displaced, refugees or suffering sexual attacks (rapes). The violence against women is an alarming data within this warmonger atmosphere, which is mainly externalized with sexual atrocities such as rape, torture, sexual slavery, cannibalism and forced incest. This text has the intent of comprehending, from a vast bibliography and case reports, the consequences generated by the oppression and subordination of Congolese women through authors such as Judith Butler, Christine Sylvester, J. Ann Tickner, Liliana Suárez, Chandra Mohanty, Michel Foucault, among others. Moreover, it pursues to delineate the relevance and pertinence consistent with the gender question, from feminist post-colonial approaches, previously silenced and marginalized in the International Relations field and from emancipatory security approach, which places its focus on the individual and not on the State. Finally, it still intends to discuss the strategies of resistance and overcoming of women, already existent in DRC, once they leave being in the situation of object to occupy the position of subject, searching for positive peace from a modification of the structural violence and local culture. We do that from the study of a NGO of the DRC denominated COPERMA.

**Keywords:** Democratic Republic of Congo. Emancipation. Sexual Violence. Gender.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>13</b>
<b>1 Sob os olhos congolese: descolonizando o feminismo.....</b>	<b>27</b>
1.1 Desnaturalizando o discurso.....	27
1.2 Ensaio sobre os estudos pós-coloniais: desconstruindo realidades naturalizadas.....	30
1.3 Uma questão de gênero: movimentos feministas, feminismos e Relações Internacionais.....	35
1.4 Espiando o feminismo pós-colonial.....	40
1.5 Emancipação produz segurança.....	42
<b>2 Estupro e violência sexual: um problema silenciado.....</b>	<b>47</b>
2.1 Quando a lei é morta.....	49
2.2 Quando o corpo denuncia: guerra, estupro e traumas.....	60
2.3 Quando o cenário é crítico.....	69
<b>3 O tornar-se mulher.....</b>	<b>74</b>
3.1 Igualdade de Gênero e os Empoderamento das Mulheres: um compromisso com a ação.....	66
3.2 <i>Farmers' and Breeders' Community in the Cold Region</i> .....	70
3.3 O grito delas.....	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>81</b>

## **LISTA DE IMAGENS**

- FIGURA 1** Mapa político da África: Setentrional e Subsaariana
- FIGURA 2** Mapa administrativo da República Democrática do Congo
- FIGURA 3** Os lucros do conflito
- FIGURA 4** Recursos Minerais Naturais na RDC
- FIGURA 5** Índice de Desenvolvimento Humano
- FIGURA 6** Triângulo da violência em Galtung
- FIGURA 7** Mapa político da República Democrática do Congo
- FIGURA 8** 1º Fórum Brasileiro “Mulheres Reais que Inspiram”

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em termos geográficos e humanos o continente africano apresenta duas grandes regiões: a África Subsaariana (África *Sahel*) que também é conhecida por África Negra, Meridional ou Sul e a África Setentrional (África do Norte), também conhecida por África Branca. O limite natural entre ambas é o deserto do Saara. A África Subsaariana é uma região bastante conhecida por ser palco de abundantes conflitos. Dentre eles, embates travados, nas últimas décadas, por questões étnicas, territoriais, culturais, por casos de corrupção e de governos tiranos, pela violência contra mulher e pela perseguição de minorias. Além disso, a vulga África Negra vive assolada por casos de pessoas famintas, violadas sexualmente, desnutridas, doentes, pelo recrutamento de crianças por grupos armados e pelo alto índice de refugiados<sup>1</sup>. A figura 1 delimita a África Subsaariana:

**Figura 1:** Mapa político da África: Setentrional e Subsaariana



Fonte: <http://ayr-insights.com/pt/produto/Inovacao/Indicadores-e-Potenciais-de-Inovacao-na-AfricaSubsaariana/513>

<sup>1</sup> A título de exemplo, o acampamento de Gihembe, na província do norte de Ruanda, é o lar de cerca de 20.000 refugiados congolezes que foram em busca de refúgio, em decorrência da instabilidade política e econômica do país.

Com uma superfície de 2.345.409 quilômetros quadrados, fazendo fronteira com outros nove países e detendo uma população de mais de 67 milhões de habitantes<sup>2</sup>, a República Democrática do Congo (RDC) configura-se como o segundo maior país da África Subsaariana. Os entornos da RDC estão delineados na figura 2:

**Figura 2:** Mapa administrativo da República Democrática do Congo

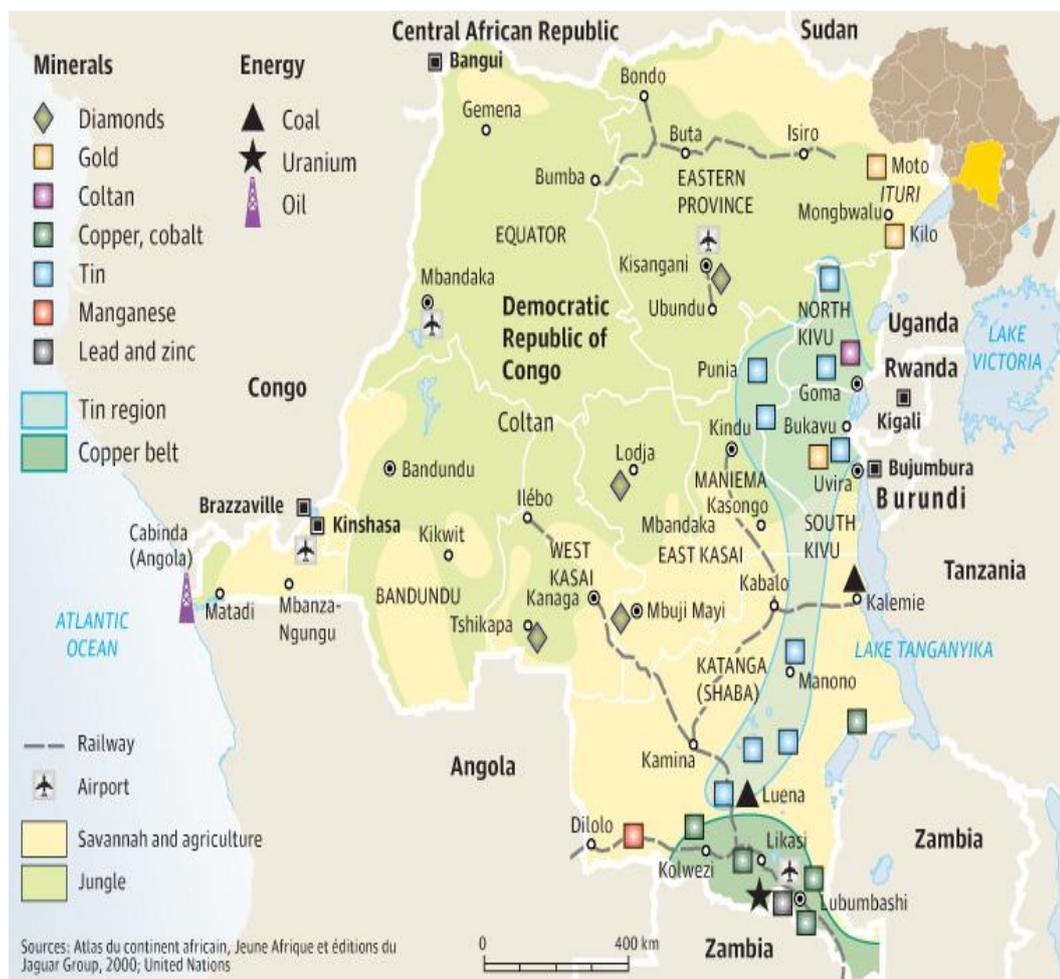


Fonte: [http://www.nationsonline.org/oworld/map/dr\\_congo\\_map2.htm](http://www.nationsonline.org/oworld/map/dr_congo_map2.htm)

<sup>2</sup> A República Democrática do Congo apresentou sérias dificuldades em constituir-se como um Estado unificado, tendo em vista o baixo controle do governo central. As duzentas e cinquenta etnias conflitantes, os cinco grupos linguísticos (francês, *lingala*, *swahili*, *kikingo* e *tshiluba*), as muitas crenças religiosas (catolicismo, protestantismo, *kimbanguismo*, islamismo, etc) e as fortes tendências separatistas, fazem com que o país esteja sempre à beira de um colapso. (UK Foreign and Commonwealth Office, 2008; DONADIO, 2013, p.18-19).

O país detém a oeste o acesso ao Oceano Atlântico e é aparatado, ainda, por valiosos recursos naturais em seu subsolo como: diamante<sup>3</sup>, ouro, cobre, chumbo, zinco, cobalto, petróleo e algodão, possuindo uma grande relevância para a economia mundial (HRW, 2005; GÜELL, 2008; IRIN, 2009). Os minérios representam 25% do PIB do país e participam de 75% da exportação oficial total do país (WORLD BANK, 2008). Ademais, a quinta parte das reservas hídricas do planeta encontram-se em território congolês, que possui ainda quase a metade do seu território coberto por florestas tropicais que estão repletas de chimpanzés da espécie bonobo (ZIÉGLER, 1964, pág. 155). As figuras 3 e 4 constataam os muitos minérios que se fazem presentes nos subsolos congolezes e que são avaliados em muitos trilhões de dólares:

**Figura 3:** Os lucros do conflito



Fonte: <http://mondediplo.com/IMG/artoff4511.jpg>

<sup>3</sup> Estima-se que a RDC tem capacidade de produzir industrialmente 80% dos diamantes do mundo (CASTELLANO, 2011).

**Figura 4:** Recursos Minerais Naturais na RDC

Quadro 1 - Principais Recursos Naturais da RDC					
Tipo de Recurso	Recurso	Principais Aplicações	Reservas (comp. com Mundo)	Localização Principal	Auge da Participação na Economia
Recursos históricos	Ouro	Jóias, reserva de valor, motores aviação, cobertura satélites	Quase inexploradas	Maniema, Haut-Uele e Ituri	-
	Diamante	Jóias, polimento de aço	80%	Kasai, Lulua, Tshopo e Bas-Uele	1990-...
	Cobalto	Superligas metálicas, catálise do petróleo, eletrodos de baterias elétricas, fonte de radiação	49%	Haut-Katanga	1950-....
Recursos atuais	Urânio	Energia nuclear	Maior depósito mundial de uranita	Kinshasa e Congo Central	1940-1950
	Cobre	Fios elétricos, circuitos impressos (equip. eletrônicos), ligas metálicas	10%	Haut-Katanga	1920-1990
	Petróleo	Geração de energia, polímeros	Pouco expressivas	Litoral e Ituri	-
	Água	Geração de energia	2º maior rio: 400 terawatts hora/ano de energia	Bas-Congo e Katanga	-

Fonte: CASTELLANO, Igor. (2010, p.17)

Entretanto, a auspiciosa situação geográfica da RDC alimenta uma pobreza paradoxal, que se reflete em confrontos diretos e inúmeras mortes, e que assola também muitos outros países do dito Terceiro Mundo. Albert Memmi (2007) diz que mesmo esses países não sendo de fato pobres, eles poderiam ser chamados, maldosamente, de “países em subdesenvolvimento”, uma vez que não somente tem cerceado o direito das pessoas se desenvolverem<sup>4</sup>, como também costumam empobrecer cada vez mais.

Enquanto os subsolos congolenses são extremamente ricos concentrando grande parte das reservas mundiais, mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza, em situação de absoluta miséria. A história da RDC está repleta de dominação, guerra e uma pobreza absurda.

Igor Castellano (2011) leciona que na RDC a riqueza alimenta a miséria de duas maneiras: através de uma economia de enclave<sup>5</sup> e com a manutenção de um ciclo retroalimentativo de guerras, que vão resultar em números expressivos de deslocados internos, refugiados, altas taxas de mortalidade, exasperação da pobreza, aumento crônico da violência sexual (principalmente com relação à mulher) e a proliferação do vírus do

<sup>4</sup> Desenvolvimento é um conceito que é costumeiramente **enquadrado** dentro de uma leitura etnocêntrica ocidental liberal democrática.

<sup>5</sup> Constituem núcleos de atividades primárias que são controladas de forma direta pelo exterior. (CASTELLANO, Igor, 2011: 18).

HIV. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014 elaborado pelo PNUD o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da RDC é o segundo pior do planeta.

**Figura 5:** Índice de Desenvolvimento Humano

IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)		
Ranking IDH Global	País	IDH 2013
<b>Muito Alto Desenvolvimento Humano</b>		
1	Noruega	0,944
2	Austrália	0,933
3	Suíça	0,917
4	Países Baixos	0,915
5	Estados Unidos	0,914
<b>Alto Desenvolvimento Humano</b>		
50	Uruguai	0,790
51	Bahamas	0,789
51	Montenegro	0,789
53	Belarus	0,786
54	Romênia	0,785
<b>Médio Desenvolvimento Humano</b>		
103	Maldivas	0,698
103	Mongólia	0,698
103	Turcomenistão	0,698
<b>Baixo Desenvolvimento Humano</b>		
185	República Centro Africana	0,341
<b>186</b>	<b>República Democrática do Congo</b>	<b>0,338</b>
187	Níger	0,337

**Fonte:** PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2014.

**Autora:** PESSOA, Kamila. 2015

O Estado encontra-se cercado por conflitos armados desde antes da sua independência da Bélgica, em 1960, até os dias de hoje. A colonização<sup>6</sup> na RDC remonta uma história de coerção em dois momentos. O primeiro constrangimento iniciou-se no estabelecimento arbitrário dos limites das fronteiras. Os colonizadores desconsideraram, ou simplesmente negligenciaram, o fato de existirem pessoas com culturas, línguas e identidades diferentes naquele território africano, desta forma as disputas pelas colônias da África foram feitas no campo diplomático, desconsiderando a prévia existência de um povo com uma identidade e com uma história particular no local.

O segundo se dá no imediato momento pós-colonial, onde as fronteiras eram o único

<sup>6</sup> As relações coloniais estabelecidas sob o imperialismo são de dominação e de subordinação.

elemento a partir do qual era factível chamar de Estado as unidades políticas no continente e, portanto, elas foram mantidas, desconsiderando a existência dos vários núcleos diferenciados locais que possuíam o controle sobre o território.

Desta maneira, percebemos que o Estado<sup>7</sup> congolês foi formado e moldado conforme os pretextos imperialistas belgas e da elite congoleza que estava subordinada a tais interesses estrangeiros. Tilly (1996) diz que o “modelo virtuoso” de Estado europeu, tal qual conhecemos hoje, construiu-se a partir de uma lógica padronizada de provocação de guerras. Estas tanto suprimiam os Estados mais fracos, quanto incentivavam um ciclo de preparação para a guerra, que era movida pela busca de proteção frente a potenciais invasores e pela concupiscência de atacar regiões que possuíam pontos geográficos fortes, profundidade estratégica e fontes de matérias-primas essenciais: o caso da RDC.

As guerras, que outrora eram benéficas para os colonizadores, não trouxeram efeitos virtuosos no processo de “construção” do Estado racional<sup>8</sup> congolês. Na RDC as guerras promoveram e continuaram nutrindo o esfacelamento do Estado e produzindo um caos estatal generalizado.

Na RDC existe o predomínio de guerras interestatais ou mistas<sup>9</sup>, que são financiadas por empréstimos internacionais e pela extração e concessão de exploração de recursos naturais, que já foram capazes de produzir um alto número de mortos, chegando a fazer entre os anos de 1996 e 2003<sup>10</sup> quase quatro milhões de vítimas (CASTELLANO, 2011, p.34-39).

Além disto, evidencia-se uma trajetória coercitiva dentro do Estado, onde o exército acredita que pode utilizar a força contra qualquer civil. Ressalta-se também a prevalência dos interesses das importantes elites congolêsas dentro de uma lógica de economia de guerra, alimentada por uma economia de enclave e pelos “senhores de guerra” locais. O Estado nacional possui cada vez mais dificuldade de construir seu aparato fiscal/tributário e burocrático/administrativo.

Igor Castellano (2011, p.60) explica que os confrontos que dizimam congolenses e aumentam as mazelas do Estado estão diretamente relacionadas com três fatores, quais

---

<sup>7</sup> Max Weber (1999) elenca uma série de características que alicerçam o que se estipulou chamar de Estado racional Moderno. Desta forma o Estado em termos weberianos pode ser definido como “uma organização política compulsória que controla uma área territorial onde a burocracia detém de maneira bem-sucedida a reivindicação do uso legítimo da força física na imposição de sua ordem” (WEBER, 1999)

<sup>8</sup> O Estado, no sentido racional, somente se deu no Ocidente, na dominação de cunho racional e base legal. A administração pública basear-se-á na impessoalidade, abstinência em relação ao privado, reafirmação e na neutralidade do interesse público.

<sup>9</sup> São guerras internas com participação externa.

<sup>10</sup> Primeira Guerra do Congo (1996-1997), Segunda Guerra do Congo (1998-2003).

sejam:

- 1) Os interesses das mineradoras transnacionais, que cobiçam a exportação do coltão e do óxido de estanho, como também das minas de ouro e diamantes.<sup>11</sup>
- 2) Os problemas transfronteiriços do país, que remontam o período de colonização da África, quando o continente foi retalhado entre os colonizadores ocidentais (desconsiderando as particularidades das culturas locais), insuflando uma lógica de violência, antagonismos e rivalidades internas.
- 3) As decisões que foram tomadas arbitrariamente pela comunidade internacional e que afetaram diretamente o país, a exemplo da instalação de genocidas ruandeses nos campos de refugiados da RDC.<sup>12</sup>

Igor Castellano (2011, p.42) diz ainda que a existência do enclave fragiliza tanto o desenvolvimento de uma administração pública civil, quanto de um exército nacional. A economia de guerra volta-se para a pulverização da riqueza natural na aquisição de meios militares, ou seja, à medida que você dispõe de mais diamantes, você compra mais armas para dispor de ainda mais diamantes, e assim sucessivamente. A riqueza sendo produzida por meio da força e do medo.

Na RDC a pobreza gerou conflitos, que foram responsáveis por gerar ainda mais pobreza, perceptível no aumento da criminalidade, na instabilidade das instituições políticas, na discriminação étnica cada vez mais mortífera, nas violações sexuais cada vez mais recorrentes<sup>13</sup>, na dificuldade de se construir uma burocracia nacional e na debilidade

---

<sup>11</sup> De acordo com Brian Wood, da Anistia Internacional, a verdadeira causa de tantas mortes na República Democrática do Congo é a busca pelo controle das riquezas minerais presentes nos seus solos. Os congolese sabem que possuem em seu território os metais indispensáveis à revolução digital de nossa era.

<sup>12</sup> No ano de 1994 ocorreu em Ruanda uma das guerras civis mais sangrentas que a história já presenciou. De maneira simplista, aos olhos da opinião pública ocidental o conflito em Ruanda começou a ser definido em termos maniqueístas: um grupo étnico culpado – *hutu* – e um grupo étnico inocente – *tutsi*. Em linhas gerais, os *hutus*, que eram maioria étnica na região, promoveram o massacre da minoria étnica local: os *tutsis*. O genocídio ruandês levou mais de um milhão de pessoas a óbito, o que acabou chamando atenção da comunidade internacional e resultou em uma “intervenção humanitária” liderada pelo Conselho de Segurança da ONU. Os capacetes azuis buscando promover a “pacificação” de Ruanda acabaram fazendo com que os *hutus* comesçassem a se sentir ameaçados e que fossem postos em marcha. Um grande número de *hutus* foi buscar refúgio nos países vizinhos, dentre eles na RDC. Foi na RDC, mais especificamente na província de Kivu do Norte que fazia fronteira com a Ruanda, que emergiram os maiores problemas com refugiados. Estes campos de refugiados foram feitos de base militar tanto para as Forças Armadas derrotadas ruandeses quanto para as suas milícias. Conforme Jason Stearns (2011, p. 51) pouco tempo depois emergiram uma série de pelo menos dez grupos rebeldes que começavam a se confrontar, somando em torno de 120.000 combatentes. Estabelecia-se um holocausto em surdina.

<sup>13</sup> ONGs internacionais contabilizam o acúmulo de mais de 200.000 casos de estupros desde 1998 (HRW, 2009).

do Estado. A RDC assistia à bancarrota do seu próprio Estado com a perda do seu monopólio da força. Albert Memmi vai dizer que o descolonizado vivencia neste momento

O seu esquiteamento imóvel: de onde quer que se sopra o vento é pernicioso. Aqui, o estado-nação se esgota antes mesmo de se afirmar plenamente; porque não soube preparar a sociedade para fora de suas fronteiras. Realizou apenas uma medíocre gestão do cotidiano, pontuada de corrupções e repressões (MEMMI, 2007).

Em razão de tudo o que foi exposto até então, a RDC é considerada um dos países menos desenvolvidos em termos de expectativa de vida, educação, saúde e qualidade de vida. A RDC é frequentemente referenciada como um “Estado Falido”, marcado pela corrupção, falta de serviços sociais adequados e impunidade (LWAMBO, 2011, p.6). Ademais, as taxas de mortalidade infantil<sup>14</sup>, analfabetismo<sup>15</sup> e de pessoas subnutridas<sup>16</sup> são altíssimas na região. No país do cobalto e dos diamantes é irônico constatar que a maioria da população vive abaixo da linha de pobreza com menos de um (1) dólar por dia. Em face de tudo o que foi exposto, a RDC é colocada nos umbrais de uma das maiores tragédias humanitárias na África (BAVIER, 2008).

Após sucessivos anos de declínio econômico e político no país, a guerra de 1996-2003<sup>17</sup> deixou a RDC em um cenário de violência extrema, gerando um deslocamento populacional em massa e índices expressivos de violações sexuais, além de afetar profundamente a situação política e econômica do país (LWAMBO, 2011, p.6). Apesar dos muitos acordos formais de paz, a violência perdura principalmente no leste da RDC, causando mortes e desenraizando famílias. O Estado congolês é incapaz de fornecer proteção e serviços básicos ao seu povo<sup>18</sup>, que continua sofrendo com a pobreza e a negligência estatal. (INTERNATIONAL RESCUE COMMITTEE, 2015).

Diante do cenário belicoso que foi apresentado até então, faz-se relevante saber

<sup>14</sup> Segundo a UNICEF (2012) a RDC possui a nona maior taxa de mortalidade de crianças até cinco (5) anos, de 146 crianças para cada 1.000 nascimentos. Disponível em: [http://www.unicef.org/spanish/infobycountry/drcongo\\_statistics.html](http://www.unicef.org/spanish/infobycountry/drcongo_statistics.html) Acesso em: 03/07/2015.

<sup>15</sup> Na RDC o analfabetismo atinge mais 32% dos habitantes do país.

<sup>16</sup> 76% da população da RDC é subnutrida.

<sup>17</sup> Primeira Guerra do Congo (1996-1997), Segunda Guerra do Congo (1998-2003). É válido ressaltar aqui que a Segunda Guerra do Congo ocasionou 3,8 milhões de mortos, o que conflagrou o conflito armado como aquele que mais conseguiu matar desde a Segunda Guerra Mundial, razão esta que lhe rendeu o nome de “Guerra Mundial Africana”. (TURNER apud CASTELLANO, 2011).

<sup>18</sup> Partindo do pressuposto de que o Estado virtuoso e forte (*Strong State*) é o Estado Racional Moderno, uma vez que este possui a capacidade de gerar ordem, segurança, leis e direitos de propriedades que são necessárias ao desenvolvimento econômico (FUKUYAMA, 2004); Robert Jackson (1988), por sua vez, vai entender o Estado fracassado (*Failed State*) como aquele que não apresenta capacidade de promover domesticamente “condições civis mínimas, como paz, ordem e segurança” no qual o autor encaixaria a RDC (JACKSON, 1988).

que a violência contra a mulher não é um fenômeno novo na história da RDC. As mulheres são tratadas como objetos e utilizadas como meio de dominação desde os tempos da colonização até os dias vindouros. O corpo das mulheres vem sendo usado como meio de dominação no território congolês desde o século XIX. Os registros históricos atestam que George Williams foi o responsável pela elaboração da primeira denúncia que faz alusão à violação dos Direitos das mulheres na República Democrática do Congo, ele relata em sua Carta Aberta de 1890 que

*Las mujeres son importadas al Gobierno de su Majestad Leopoldo II, Rey de los Belgas y Soberano del Estado Independiente del Congo, para propósitos inmorales. Se las introduce de dos formas: se despacha a hombres de raza negra a la costa portuguesa, donde las comercian como amantes de los hombres blancos, quienes pagan una suma mensual. El otro método es la captura de mujeres nativas, condenándolas a servidumbre por siete años por algún imaginario crimen contra el Estado imputado a las aldeas en que ellas viven. El Estado, entonces, hace contrato con ellas con quienes ofrezcan más; los oficiales tienen la preferencia, seguidos por el resto de los hombres. Si un niño nace de esas relaciones, el Estado sostiene que dado que la mujer es de su propiedad el niño también lo es. (WILLIAMS, 1969: p. 99-107).*

Como se pode perceber no enxerto acima, a violência contra a mulher no país é reflexo da coisificação e subjugação de seus corpos e de seus sentimentos, que se faz presente desde a época em que o país fora tomado por colonizadores.

Nos dias hodiernos o mesmo quadro de denúncias ainda pode ser observado, tanto por parte dos militares quanto por parte dos guerrilheiros, uma vez que os dois lados se equivalem na capacidade de cometer atrocidades em massa, deixando estas mulheres desamparadas e muitas vezes sem ter para quem recorrer em busca de proteção e paz. Fora isso, as mulheres estão sujeitas – ainda – a violência doméstica em suas próprias casas, herança de relações de poder desiguais entre homens e mulheres.

Julienne Lusenge, diretora do *Fund for Congolese Women* (FFC) e Presidente da SOFEPADI na República Democrática do Congo, diz que "a violência é uma parte da vida diária das mulheres congolezas". Em outubro de 2015, ela falou no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres Paz e Segurança sobre a violência de gênero no país. Ela disse em seu discurso

As mulheres são as primeiras vítimas da guerra, mas só elas possuem a chave única para a paz. No momento, as mulheres de muitas regiões como Rutshuru e Beni, na província de Kivu do Norte da RDC, são assassinadas, massacradas, têm suas gargantas cortadas ou estômagos rasgados, são violadas e sofrem violência sexual, são raptadas e forçadas a se tornar escravas sexuais. Posso até dar-lhe os números; mas

uma mulher já é demais. Eu sonho com o dia em que sofram mais com tanta violência em meu país (LUSENGE, 2015)<sup>19</sup>.

O estupro, sendo compreendido enquanto violência sexual, física e psicológica praticada dentro e/ou fora do ambiente domiciliar, é utilizado como instrumento de guerra no país e os corpos das mulheres congoleesas são utilizados como eficientes armas biológicas<sup>20</sup>.

Na RDC muitos casos de violência sexual estão correlacionados com questões econômicas. O estupro, por exemplo, é utilizado com o intuito de tomar o controle de territórios que possuem recursos naturais de grande valor. As violações, assim como as ameaças de abuso, podem ocasionar a retirada de dada população e fazer com que as pessoas abandonem o lugar onde vivem para evitar a violência sexual. Além disto, o estupro de mulheres na frente de suas famílias e vizinhos resulta não apenas no trauma direto da vítima, mas da comunidade como um todo. Essa prática acaba por acarretar vergonha, o que pode desencadear divórcios, impedir casamentos, fragmentar famílias e obrigar mulheres a abandonar ou matar seus próprios filhos advindos de uma violação (LENTIN, 1997). Percebemos, então, que as vítimas são duplamente vítimas: primeiro, dos autores do crime e, em seguida, das suas próprias comunidades

A República Democrática do Congo foi considerada pela ONU como a capital mundial das violações, tendo em vista que diariamente são realizados atos sexuais traumáticos no país. *Kinshasa* (Quinxassa), a capital e maior cidade do país, foi classificada pela ONU como a “capital mundial do estupro”<sup>21</sup>. Os números parecem inverossímeis de tão absurdos que se revelam. Um levantamento realizado por três pesquisadores de saúde pública da *International Food Policy Institute* na *Stony Brook*

---

<sup>19</sup> Cito original: “*Les femmes sont les premières victimes de la guerre, mais elles sont la seule et unique clé pour la PAIX. En ce moment, les femmes de RUTSURU et de Beni au Nord Kivu en RDC, sont assassinées, massacrées, égorgées, éviscérées, elles subissent des viols et les violences sexuelles, des enlèvements, et l’esclavage sexuelle. Je pourrais même vous nommer les chiffres; mais une femme, c’est déjà une de trop. Cette situation est aussi vraie pour mes sœurs dans les pays voisins et dans beaucoup d’autres pays du monde*” (LUSENGE, 2015). O discurso completo pode ser lido em: [http://womenpeacesecurity.org/media/pdf-NGOWG\\_OpenDebate\\_Lusenge\\_Oct2015\\_FR.pdf](http://womenpeacesecurity.org/media/pdf-NGOWG_OpenDebate_Lusenge_Oct2015_FR.pdf)

<sup>20</sup> A arma biológica é um artefato utilizado contra seus inimigos para infectar, por meio de vírus ou bactérias, um significativo número de pessoas. No caso da RDC o estupro é utilizado como instrumento de guerra e as mulheres contaminadas pelo vírus do HIV são usadas como armas biológicas, à medida que passam o vírus para os seus parceiros e com isso o grupo rival consegue humilhar o oponente.

<sup>21</sup> O estudo realizado em 2007 foi parcialmente financiado pelo governo dos EUA, tomando por base dados quantitativos de uma pesquisa domiciliar - de âmbito nacional - com 3.436 mulheres congoleesas com idade entre 15 e 49 anos. Os números mostraram 12% das mulheres haviam sido estupradas pelo menos uma vez e 3% das mulheres, em todo o país, foram violentadas entre os anos de 2006 e 2007. Cerca de 22% também tinham sido forçadas pelos seus parceiros a ter relações sexuais ou praticar atos sexuais contra a sua vontade. O estudo também revelou níveis alarmantes de abuso sexual na capital, Kinshasa. As estatísticas levaram a representante especial das Nações Unidas para a violência sexual, Margot Wallström, a classificar Kinshasa como a “capital mundial do estupro” (WALLSTROM, 2008).

*University*, em Nova York, em conjunto com o Banco Mundial, publicado no *American Journal of Public Health*<sup>22</sup>, conclui que 30% das mulheres congoleesas, entre 15 e 49 anos, já foram vítimas de violência sexual. A cada hora, 48 mulheres da RDC são estupradas, 1,1 mil a cada dia e 400 mil ao decorrer do ano<sup>23</sup> (PALERMO, 2012; HIRSCH, WOLFE, 2012). Michael VanRooyen, o diretor da Iniciativa Humanitária de Harvard que é responsável por enviar médicos para a RDC para tratar as vítimas de estupro, disse que “o estupro e escravidão sexual se tornaram incrivelmente comuns nesta região da RDC, o conflito acabou se tornando uma guerra contra as mulheres” (VANROOYEN, 2010).

A RDC é certamente um dos piores lugares para uma mulher nascer, tendo em vista a violência sexual generalizada e a impunidade decorrente desta, uma vez que corpos e mais corpos são violentados e tanto o governo quanto a sociedade civil se eximem de qualquer espécie de culpa. O estupro no país precisa ser tratado como uma matéria de relevância inexorável, uma vez que se constitui como afronta aos direitos basilares das mulheres e à sua própria dignidade humana.

A representante Especial da ONU para a Violência Sexual em Conflitos, Margot Wallström, diz que os casos de estupros e de atrocidades sexuais baseados no gênero são demonstrativos do caráter sistemático da violência sexual na RDC e constituem graves violações aos Direitos Humanos.

O artigo 18 da Declaração de Viena, oriunda da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada na Áustria em 1993, reconhece que

Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais [...]. A violência de gênero e todas as formas de assédio e exploração sexual são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas [...] Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das atividades das Nações Unidas

---

<sup>22</sup> “Results: Approximately 1.69 to 1.80 million women reported having been raped in their lifetime and approximately 3.07 to 3.37 million women reported experience intimate partner sexual violence. Reports of sexual violence were largely independent of individual-level background factors. However, compared with women in Kinshasa, women in Nord-Kivu were significantly more likely to report all type of sexual violence.” Amber Peterman, Tia Palermo, and Caryn Bredenkamp. **Estimates and Determinants of Sexual Violence Against Women in the Democratic Republic of Congo**. American Journal of Public Health: June 2011, Vol. 101, No. 6, pp. 1060-1067.

<sup>23</sup> Anthony Gambino, ex-diretor da missão da Agência dos EUA para o Desenvolvimento da RDC (*US Agency for International Development in the Congo*) diz que o estudo sugere que o problema é maior e mais penetrante do que se pensava, e perpassa apenas relatos de abusos sexuais domésticos. Constatou-se que 1.152 mulheres são estupradas todos os dias - uma taxa igual a 48 por hora. Essa taxa é de 26 vezes maior do que a estimada anteriormente pelas Nações Unidas – os números relatados pela ONU tendem a ser conservadores, mostrando apenas a ponta do *iceberg* dos incidentes reais. Gambino disse que os 40 anos de “declínio econômico e instabilidade política” pode explicar a alta incidência de estupros na RDC.

[...], que devem incluir a promoção de todos os instrumentos de direitos humanos relacionados à mulher” (DECLARAÇÃO DE VIENA, 1993).

Logo, este trabalho busca colocar em evidência as mulheres congoleesas, que historicamente vem tendo seus Direitos Humanos desrespeitados e que são coagidas a assumir uma posição de subjugação, dominação, fragilização e vulnerabilidade<sup>24</sup> no Estado congolês, fazendo com que estas possuam um espaço de fala dentro do mundo acadêmico, que é, em tantas ocasiões, esdruxulamente seletivo.

Neste trabalho pretendemos romper com os constructos patriarcais que são utilizados de alicerce para justificar o machismo, a violência de gênero e a cultura de estupro presente nas recorrentes violações de mulheres. Aqui queremos desconstruir a condição de fragilidade e inferioridade da mulher que fora imputada como natural, invejável, universal e imutável. O controle masculino não aparecerá neste trabalho como necessário e justo (CARVALHO, 2010, p. 85). Aqui cedemos espaço para que as mulheres congoleesas sejam o que temem ser.

Os discursos que se auto intitulam como neutros, verdadeiros e legítimos<sup>25</sup> dentro do campo de estudo das Relações Internacionais marginalizam a relevância do gênero dentro da academia (MESSARI e NOGUEIRA, 2005, pág. 369). Entretanto, a neutralidade não existe, uma vez que todo pensamento é por si só político. Por isso, numa situação de injustiça, quem finge ser neutro está do lado do opressor!

Por isso, faz-se necessário pensar a mulher dentro das abordagens feministas – tantas vezes marginalizadas e desacreditadas – para se entender a necessidade de se redefinir questões relativas à segurança e entender o porquê as congoleesas são rotineiramente ameaçadas por milícias, pelas forças oficiais e pela própria sociedade civil, tendo a anuência do governo central, à medida que este se cala diante de números galopantes e inconcebíveis de agressões sexuais: quarenta e oito violações de mulheres por hora segundo estudos.

---

<sup>24</sup> Butler (2003) diz que a construção de gênero é produzida e reproduzida mediante um processo de repetição que estabelece a masculinidade e a heterossexualidade como uma realidade natural, transformando esses atos e práticas em “fatos”.

<sup>25</sup> O biólogo suíço Piaget (1978) diz em sua Teoria Psicogenética que o objetivo da educação intelectual não é saber repetir verdades acabadas, e sim aprender por si só. Segundo Piaget o conhecimento não pode ser compreendido como uma coisa predeterminada, ao que chamamos inatismo; tampouco como o resultado brutal do simples registro de percepções e informações, ao que determinamos empirismo. Piaget explica que conhecimento advém das ações e interações do sujeito com o ambiente em que vive. Toda forma de saber é, portanto, uma construção que vai sendo feita desde a infância, através de interações do sujeito com os objetivos que procura conhecer, sendo eles do mundo físico ou cultural. Conclui-se desta maneira que a moral, a linguagem, a lógica e a compreensão das regras sociais não são inatas, elas são impostas de dentro para fora, por pressão do meio.

Como bem se sabe, o discurso da neutralidade é falacioso e vazio, uma vez que reproduz um apoio implícito ao *status quo*, sendo responsável muitas vezes por reproduzir processos de dominação muitas vezes excludente, sexista e racista. Por esta razão este trabalho possui um compromisso político e pessoal muito claro com a construção de uma solidariedade<sup>26</sup> feminista não-colonizadora, uma vez que segundo Franz Kafka (1924) a solidariedade é o sentimento que melhor expressa o respeito pela dignidade humana. A solidariedade é percebida, portanto, como não negativa por si mesma uma vez que

Apoia o indivíduo ao reforçar seu laço social, proporciona o sentimento eufórico da comunhão; é uma medida de proteção contra a hostilidade, verdadeira ou imaginada, dos estrangeiros ao grupo e traz ajuda aos mais desvalidos, reificando injustiças. (MEMMI, 2007, pág. 133).

Este trabalho se propõe a dar espaços de visibilidade e de fala para as mulheres congoleesas que, por muito tempo, viveram ocultadas em sistemas que as subalternizavam, buscando analisar em que medida e com que tipos de ações as mulheres começam a ter voz na RDC. É a tentativa de um trabalho subversivo ao poder estabelecido - em favor de processos de aprendizagem mais aberto, democrático e significativo.

Partiremos da hipótese de que as mulheres congoleesas têm contribuído positivamente para a diminuição da violência estrutural e cultural presente no país, na medida em que ajudam no processo emancipatório e transcendente de outras mulheres que também são vítimas de agressões sexuais, tornando-as – muitas vezes – empoderadas e emancipadas, ajudando-as a superar a condição de violência cultural existente que é responsável por colocá-las na posição de objeto e posse dos homens. O estudo pretende analisar, ainda, como estas ações de grupos de mulheres, por meio de ONGs e de movimentos sociais locais, trouxeram pouca ou nenhuma mudança e se elas alcançaram as transformações sociais que almejavam, e em que medida.

O capítulo um consiste no estudo das abordagens feministas pós-coloniais dentro das Relações Internacionais, onde buscaremos trazer a relevância e pertinências das questões de gênero, poder, segurança e identidade no cenário congolês, a partir de autores como Judith Butler, J. Ann Tickner, Christine Sylvester, Liliana Suárez, Chandra Mohanty, Michel Foucault, dentre outras e outros. Abordaremos ainda às limitações do pensamento ortodoxo em segurança, discutindo questões alusivas ao empoderamento,

---

<sup>26</sup> Eduardo Galeano (2007) já dizia não acreditar em caridade e sim em solidariedade. Uma vez que a primeira é vertical: indo de cima para baixo; enquanto a segunda é horizontal, à medida que consegue respeitar a outra pessoa e aprender com o outro. E a maioria de nós tem muito o que aprender com as outras pessoas, superando os muros da incomunicação.

emancipação, segurança humana e busca por paz positiva. No segundo capítulo tentaremos discorrer sobre a realidade das mulheres na RDC que são vítimas de violências sexuais a partir de números. Finalizando, no capítulo três, onde discorreremos sobre as atividades que já estão sendo desenvolvidas dentro da comunidade, a exemplo da COPERMA, que enxergam as mulheres congolesas como possíveis agentes transformadores do conflito. Neste capítulo descrevemos como fizemos este contato com a Marie Nzoli, uma das fundadoras COPERMA, e como ela descreve as atividades que são executadas pela ONG. Afinal, como bem diz Paulo Freire (2014), não existe denúncia verdadeira se não há compromisso de transformação e este, por sua vez, não existe sem ação.

## 1 SOB OS OLHOS CONGOLESES: DESCOLONIZANDO O FEMINISMO

“A vagina continua sendo constituída como fetiche e tratada como sagrada, segredo e tabu.”

(Bourdieu, 2009)

### 1.1 Desnaturalizando o discurso

Nenhuma pessoa é capaz de construir o mundo das significações e sentidos a partir do nada. Conceitos e significados sempre surgem de algum lugar e com algum propósito. Para isso, cada indivíduo utilizará o que Bauman (1998) convencionou chamar de “fundo de conhecimentos à mão” tudo aquilo em que acreditamos sem pensar e que nem sequer refletimos a respeito. Isso quer dizer que cada indivíduo acaba por ingressar em um ambiente intersubjetivo da cultura “pré-selecionado”, “pré-construído” e “pré-interpretado” por uma infinidade de constructos do senso comum da realidade diária, onde algumas coisas são tomadas como importantes e prosaicamente aceitas, enquanto outras acabam por não o ser. As conveniências estabelecidas acabam trazendo algumas coisas para a luz e relegando outras às sombras. (BAUMAN, 1998, p.17).

Muitas elaborações conceituais acabam tornando-se meramente construções teóricas fixas e abstratas, à medida que muitas vezes tais formulações não se moldam à realidade<sup>27</sup>. O que estes modelos pregam não condiz com o tempo de incertezas que vivemos hoje, advindo de um ambiente cada vez mais complexo e que torna obsoleto quadros intelectuais que se autodeclaram donos de certezas inabaláveis sobre os caminhos da História. Esta tentativa de fazer quadros imutáveis, fechados e absolutos, acaba por olvidar o que é gritantemente óbvio: que o mundo está em constante transformação e que o olhar de cada pessoa sobre um determinado fenômeno se dá de maneira diferenciada.

Robert Cox (1986) vai lecionar que toda teoria é elaborada por alguém, de algum lugar e com algum propósito, não existindo, desta forma, produção intelectual neutra,

---

<sup>27</sup> Edward Carr já na epígrafe de seu livro diz que se faz necessário demolir o conceito utópico de um padrão fixo e absoluto, corrobora seu pensamento fazendo alusão a duas citações de Francis Bacon que concordam com a ideia de que abstrações não podem vir dissociadas da realidade na qual se vive. O filósofo e estadista inglês diz que: “Os filósofos elaboram leis imaginárias para comunidades imaginárias, e seus discursos são como estrelas que dão pouca luz por estarem altas demais” (BACON apud CARR, 2001) e “Os caminhos para o poder humano e para o conhecimento humano correm lado a lado e são quase os mesmos; não obstante, por conta do inveterado e pernicioso hábito de insistir nas abstrações, é mais seguro começar e desenvolver as ciências dos fundamentos que têm relação com a prática, e deixar a parte ativa ser como o selo que se imprime e determina a contrapartida contemplativa” (BACON apud CARR, 2001).

objetiva e isenta de influências e de interesses. Abstrações não podem ser compostas de valorações absolutas.

A palavra/linguagem é utilizada como forma de exercício de poder à medida que constrange o que pode ser dito, o que pode ser compreendido por verdadeiro, por razoável e por falso. A linguagem é a maneira encontrada para se representar o mundo e torná-lo uma realidade objetiva, um dado, uma “verdade”, um modelo teórico veementemente aceito. (FOUCAULT, 2013, p.17).

Os enunciados moldam a aceitação de “métodos verdadeiros” que produzem um conhecimento legítimo, ou seja, regras que cumprem uma função regulativa e constitutiva. E estas linguagens são absorvidas acriticamente, uma vez que são postas dentro do mundo da linguagem enquanto verdades. As teorias surgem para controlar a produção de discursos e reconhecê-los enquanto legítimos (FOUCAULT, 2013, p.17-18).

Nenhuma teoria consegue ser isenta de intencionalidade, ela sempre possui estratégias discursivas que corroboram para a construção dos “sujeitos” que os utilizam. Foucault (2008) diz que

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar (FOUCAULT, 2008, p. 9-10).

Logo, a título de conceituação convêm destacar que normas e regras são instituições do saber responsáveis por regular estratégias e demarcar critérios de racionalidade, uma vez que estabelecem os significados intersubjetivos que viabilizam que os autores direcionem suas ações uns aos outros, comuniquem-se, critiquem-se e justifiquem-se. (ZEUHFUSS *apud* MONTE, 2010, p. 32).

No campo das Relações Internacionais não é diferente. Embora seja uma disciplina que se propõe a ser multidisciplinar, dialogando com outras, existe uma visível supremacia às problemáticas dos países ocidentais, uma vez que foram pensadas, discursadas, arquitetadas e exportadas dentro de um contexto hegemônico estabelecido nos eixos anglo-saxônicos.

A disciplina de Relações Internacionais começa a ser desenhada e tomar corpo no século XX, com o fim da Primeira Guerra Mundial e a criação das primeiras academias

universitárias<sup>28</sup>, até então o seu estudo estava a cargo de diplomatas, historiadores e juristas. Com o término da Primeira Grande Guerra as potências hegemônicas que estiveram envolvidas no conflito entenderam que se fazia necessário a criação de instituições de ensino que estivessem preocupadas em compreender tanto a política internacional, quanto as razões que acabavam conduzindo os Estados à guerra ou à paz. Do outro lado, os Estudos Estratégicos e de Segurança Nacional, nos Estados Unidos, bem como o pensador realista mais reconhecido (Hans Morgenthau) inicia o campo de estudos das Relações Internacionais estadunidenses a partir das premissas da busca incessante pelo poder, por parte dos Estados, nas Relações Internacionais.

Partindo da premissa de que não existe saber neutro, uma vez que todo saber pressupõe necessariamente um olhar valorativo por parte de quem analisa, todas as teorias são construídas e não descobertas, e por isso são tendenciosas.

Por esta razão percebe-se a preponderância da corrente realista e liberal para explicar tanto a política quanto o Sistema Internacional, baseando-se em preceitos positivistas, “verdades” irrefutáveis, imutabilidade sistêmica, conhecimento científico neutro, imparcial e não normativo, universalidade e na rejeição de outras formas de produção e de pensamento que difiram das teorias tradicionais. O racionalismo, então vigente, sempre deteve os holofotes intelectuais da disciplina (CASTRO, 2012, p.386).

O positivismo, portanto, foi a corrente responsável por estabelecer leis gerais dentro da política internacional, que desumanizou os estudos das Relações Internacionais à medida que limitava as lentes do prisma, reenfatizando conceitos como soberania e anarquia e que deixava muitas outras abordagens à margem (MELO, 2012, pág. 19).

O ano de 1989 foi marcado simbolicamente pela queda do muro de Berlim, responsável até então por separar as duas Alemanhas. Este marco histórico/simbólico massivamente difundido repercutiu profundamente no debate teórico das Relações Internacionais. O mundo estava ao avesso, mudando avidamente, entretanto muitos modelos de análises teóricas intransigentes não conseguiram acompanhar com a devida consistência e na mesma velocidade tais transformações. O declínio do regime soviético, com a diluição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o fim da Guerra Fria, foram responsáveis por colocar em xeque muitas “verdades” advindas das principais teorias de Relações Internacionais.

O realismo, juntamente com as vertentes remodeladas deste, a exemplo do

---

<sup>28</sup> A Universidade de Aberystwyth, no Reino Unido, foi a primeira a dispor do curso de Relações Internacionais.

neorrealismo<sup>29</sup>, já não eram mais capazes de explicar a nova realidade que por ora emergia. As correntes teóricas da tradição liberal enfrentavam o mesmo engessamento frente às reviravoltas desenhadas no cenário internacional cada vez mais globalizado. Todas as teorias tradicionais encontravam-se presas dentro da lógica bipolar da Guerra Fria, estabelecida depois da Segunda Guerra Mundial, e não foram suficientemente perspicazes para enxergar as mudanças advindas da época. Saraiva (2007) diz que o que aconteceu foi que grande parte dos modelos teóricos responsáveis por construir todo o conhecimento da vida internacional, acabaram por perder a sua consistência explicativa na passagem do milênio. A incerteza e a desconfiança começavam a governar a época (SARAIVA, 2007, p.7).

Em linhas gerais, o fim da Guerra Fria foi, portanto, o encarregado de instaurar um novo debate dentro do campo das Relações Internacionais, responsável por redescobrir questões metateóricas, que faziam alusão aos aspectos ontológicos e epistemológicos da produção do saber. O contexto da política mundial estava mudando (NYE, 2009, p.311). Viabiliza-se neste momento o questionamento de até que ponto os interesses na produção intelectual e a influência de poder estariam moldando normas, valores e ideologias. Abre-se espaço dentro da universidade para que as questões de estudo pudessem ser redefinidas. Afinal, “nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar pode esperar encontrar respostas para os problemas que a aflige” (BAUMAN, 2000, p.14). É neste momento que os estudos pós-coloniais, pós-modernos e feministas vão lograr espaço na academia. Ensaio sobre os estudos pós-coloniais: desconstruindo realidades naturalizadas.

## 1.2 Ensaio sobre os estudos pós-coloniais: desconstruindo realidades naturalizadas

Cada um de nós é sempre, querendo ou não, a última palavra do passado e a primeira do futuro. Isso acontece porque não podemos compreender de forma lúcida o presente e termos uma antevisão razoável a respeito do futuro, se não levarmos em conta processos históricos que advieram do passado, muito menos aqueles que causaram muitas máculas e feridas a inúmeros povos. Desta forma percebemos que podemos auferir do passado um

---

<sup>29</sup> O neorrealismo ou realismo estrutural configura-se como um modelo de análise sistêmica das Relações Internacionais que foi responsável por reelaborar o pensamento realista. Segundo Waltz (2012) as relações internacionais somente podem ser compreendidas por meio de algum tipo de teoria sistêmica. Esta, por sua vez, seria determinada por dois componentes: a estrutura e as unidades em interação. (WALTZ, 2002, p. 215).

emaranhado de dados que nos ajudam a compreender o presente. E a história do mundo é contada pelo prisma do Ocidente, por teorias advindas da sua visão de mundo, que foram exportadas para os outros continentes como verdade absoluta.

Boaventura de Souza Santos (2007) vai explicar que as teorias tradicionais ocidentais possuem o intuito mascarado de entender a realidade como imutável, objetivando perpetuar estruturas de poder que beneficiam os países que produziram estes mesmos arcabouços teóricos, preservando o seu *status quo*.

Memmi (2007) diz ainda que visando a primazia de seus próprios interesses o Ocidente

conserva uma considerável superioridade, científica, técnica, militar e até mesmo filosófica. São sua concepção do universo, fortemente inspirada pelos avanços da ciência, e sua moral de ambição universalista que regem de uma maneira ou de outra, as relações entre os habitantes do planeta. (MEMMI, 2007, p. 122).

Etienne Balibar (1998), por sua vez, fala que os grandes mecanismos hegemônicos, racionais, político-filosóficos são precisamente os que “fabricam” e naturalizam a normalidade, com o consentimento do grupo ao que concerne. Na África, por exemplo, imposições coloniais foram responsáveis por determinar a identidade dos povos africanos, classificando-os como uma raça de nativos inferiores, negros e violentos (MAMA, 1995).

É nítido que os valores culturais não podem almejar um consenso ou até mesmo uma universalidade de aplicação, visto que frequentemente estão restritos a determinados grupos culturais (ANDREWS, 2011, p.23). Mesmo assim, o homem ocidental se autotitulou superior e com isso começou a analisar, esmiuçar e julgar tudo que correspondia ao comportamento oriental e com isso quis transformar tudo o que vinha do Oriente e que aos seus olhos não parecia suficientemente bom ou correto. Samuel Huntington leciona que a cultura ocidental parecia querer disseminar uma espécie de autoridade sobre a oriental, à medida que se mostrava convencida de que

Os povos não ocidentais deviam se dedicar aos valores ocidentais de democracia, mercados livres, governos limitados, individualismo e império da lei, e de que deviam incorporar esses valores às suas instituições. Nas outras civilizações, há minorias que abraçam e promovem esses valores, porém as atitudes predominantes em relação a eles nas culturas não ocidentais variam de um ceticismo generalizado a uma intensa oposição. O que é universalismo para o Ocidente é imperialismo para o resto. (HUNTINGTON, 1997, p. 228)

O *status quo* internacional baseia-se, portanto, na desigualdade de poder, que acaba por excluir muitos povos (JACKSON e SORENSEN, 2007, p. 235). Pureza (2005) vai

compreender o pensamento ortodoxo como sendo não somente colonialista, mas também reducionista uma vez que

O simplismo deste mapa e a sua vocação um tanto quanto conservadora têm sido denunciados como desafios à construção política e acadêmica de um paradigma alternativo. Desafio só levado totalmente a sério no debate em curso que opõe a tradição positivista a uma pluralidade de correntes que se afastam, de modo diverso, dos pressupostos epistemológicos e ontológicos que animam o mapa de conhecimento normal. (PUREZA, 2005, p. 7).

Percebe-se, portanto, que mesmo dentro desta conjuntura de maior visibilidade e preponderância das teorias tradicionais de Relações Internacionais, vivencia-se, na segunda metade do século XX, com os processos de descolonização e globalização, uma visível limitação e insuficiência das teorias clássicas para explicar as constantes mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorriam no Sistema Internacional, e com isso, a emergência de uma série de teorias que visavam desconstruir ou questionar a lógica mundial positivista que fora instaurada até então.

*The end of the Cold War and the plurality of new issues on the Global agenda, have been accompanied by increasing calls for rethinking the foundations of a discipline that appears to some to be out of touch with the revolutionary changes in world politics, as well as deficient in how to explain them. (TICKNER, 2001, p.9). [grifos nossos]*

Descolonizar e repensar a base teórica da disciplina de Relações Internacionais, implica em questionar a racionalidade ocidental hegemônica, superando seus tradicionais focos de estudo. Trata-se, na verdade

De fazer com que **saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, intervissem contra a instância teórica unitária que pretendia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns** (...) é uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado. (FOUCAULT, 2010, p. 10). [grifos nossos]

É neste cenário, de mudanças voláteis, autorreflexões e de contestações, que muitos povos que foram historicamente silenciados, marginalizados, agredidos e explorados pela modernidade-colonial começam a sentir necessidade de se afirmar socialmente, culturalmente, politicamente e epistemologicamente, propondo estratégias de desocultação e de afirmação de suas experiências sociais. Não é possível falar de um padrão único que tenha serventia para todos. Estes povos começam a reivindicar a sua narração da História, a sua cultura, as suas experiências subjetivas, tendo em vista que as

culturas não são homogêneas nem estáticas, e sim sobrepostas e fluidas. (NYE, 2009, p.313). Em razão disto, começa a se desenhar uma nova corrente teórica: o Pós-Colonialismo.

Segundo CASTRO (2012) os estudos pós-coloniais vão primar por

Uma perspectiva não hegemônica, não ocidental de povos dominados e de culturas excluídas ao longo dos tempos pelas principais potências. A escola pós-colonial abarca a perspectiva crítica das partes não amplamente representadas pelos holofotes da academia do eixo americano-europeu das Relações Internacionais. A história como é escrita e difundida é produto direto das macro e das micronarrativas dos vitoriosos. Assim, são os vitoriosos que exprimem suas vozes autoimputadas de correção e justiça; são os vitoriosos que estipulam suas lógicas de conquista e de glorificação de seus legados. São os vitoriosos que exprimem juízos de valor e lógicas normativas concernentes aos seus eventos pontuais. Ou seja, há brados legítimos dos povos, das culturas, dos dialetos e das línguas “não universais” que precisam ser escutados até mesmo como forma de consolidar o contraditório, ampliando o conceito de democratização analítica das Relações Internacionais (CASTRO, 2012, p.390).

Faz-se necessário aclarar aqui duas questões essenciais para a fundamentação teórica da abordagem pós-colonial. Primeiramente, destaca-se a utilização do prefixo “pós” de pós-colonial, uma vez que este não está relacionado a uma ruptura com o período anterior, colonial, tampouco com a sua superação, uma vez que o fim do colonialismo enquanto relação política não promove o término do colonialismo enquanto relação social, à medida que a mentalidade e a forma de sociabilidade permanecem sendo tanto autoritária, quanto discriminatória (SANTOS, 2001, p. 38). Ademais, outras formas de imperialismo e colonialismo emergiram, o que chamamos de neoimperialismo e neocolonialismo, que são maneiras mais sutil e *soft* de continuar oprimindo através da penetração cultural, por exemplo (CASTRO, 2012, p.393).

Salienta-se ainda que os teóricos pós-coloniais vão primar por uma revisão crítica do passado que foi contado em termos da modernidade ocidental e o reconhecimento de que o presente destas ex-colônias ainda é pautado por uma série de discursos, práticas, representações e relações políticas que concorrem na perpetuação da distribuição assimétrica de poder e riqueza, resquícios de suas raízes coloniais. Decorrente da proposta de descolonizar as Relações Internacionais, surge a necessidade de uma crítica à epistemologia eurocêntrica

Said (1990)<sup>30</sup> diz que a elaboração das ideias sobre o mundo Oriental sempre foi

---

<sup>30</sup> Nascido em Jerusalém, o atual Professor da Universidade de Columbia é um dos grandes nomes dos estudos pós-coloniais. Sua obra *Orientalismo*, publicada em 1978, se tornou um clássico quando sugeriu

um processo enodado de preconceitos, que visava interesses hegemônicos específicos. A governabilidade colonial institui como lógica de governo a inferioridade do “outro” colonizado.

A chegada dos estudos pós-coloniais e a sua visibilidade institucional é um fenômeno relativamente recente. As teorias pós-coloniais começaram a tomar forma a partir do trabalho de autores como Edward Said (1990) e Talal Asad (1987), que entendiam o orientalismo como uma prática discursiva complexa, através da qual o Ocidente produzia o Oriente como um esquema cognitivo que buscava enfatizar a diferença entre os dois, categorizando o Oriente como atrasado, primitivo e inferior em comparação com o Ocidente - e com isto justificando a “missão civilizadora” que deveria ser assumida pela última.

Os binarismos terminológicos Norte/Sul, Ocidental/Não Ocidental e Primeiro Mundo/ Terceiro Mundo são utilizados para distinguir as nações ricas e privilegiadas e aquelas pobres e marginalizadas no âmbito político, ideológico e econômico, sendo utilizados para mapear quem pode ser considerado Sujeito, tendo desta maneira um espaço de fala, e quem é o Outro, que deve se calar frente às verdades universais (im) postas pelo Sujeito.

Os entornos dos estudos pós-coloniais consistem em desconstruir a falsa universalidade dos discursos eurocêntricos, uma vez que se entende que o ocidentalismo configura-se como um instrumento de dominação cruel resultante do complexo de superioridade anglo-saxão que fomenta a invisibilidade do outro. O sentimento de superioridade do Norte depende, necessariamente, do sentimento de inferioridade do Sul e vice-versa (NAVAZ, 2008, p.30).

Coronil (2000) explica que o processo de ocidentalização acaba por gerar uma invisibilização das diferenças. Ou seja, nele se projetam e se naturalizam categorias universais de normalidade a partir do pensamento Ocidental, que acabam invisibilizando o outro. O ocidentalismo funciona como instrumento de dominação discursivo onde, como bem coloca Césaire (2006), a humanidade acaba reduzida ao monólogo de uma sociedade que se julga pretensiosamente superior.

A escritora feminista indiana Spivak (2010) pontua ainda sobre as questões epistemológicas que

---

que o “Oriente” era uma invenção artificializada do Ocidente, repleto de mitos, inverdades e rótulos, e por esta razão deveria ser repensado (CASTRO, 2012, p.391).

O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como o Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária subjetividade (SPIVAK, 2010, P.47).

Uma vez elencadas algumas práticas discursivas presentes, e tantas vezes ocultas, nas relações de saber-poder, os estudos pós-coloniais vêm propor um saber que seja consciente de sua função política, que se opõe tanto às assimetrias na distribuição global de poder, quanto às injustiças que são acarretadas por estas. Desta maneira, as abordagens coloniais vão trabalhar desconstruindo discursos coloniais/ocidentais hegemônicos que são muitas vezes os responsáveis por naturalizar desigualdades entre países, classes, raças, gêneros e povos.

Spivak (2010) diz ainda que estes grupos que foram subalternizados e chamados de “Outros” não podem apenas silenciar. Para que se atinja uma subversão desta condição de oprimidos eles necessitam de um espaço de fala.

Como explica Boaventura de Sousa Santos (2007), os estudos pós-coloniais vão estar focados em subverter as estruturas de saber e poder, privilegiando a subalternidade, afinal visões de mundo podem ser alteradas à medida que novos níveis de aprendizado são descobertos e assimilados (ANDREWS, 2011, p.32). Desta forma, as abordagens pós-coloniais estão preocupadas em analisar identidades multiculturais e complexas que foram, por muito tempo, desprezadas pela academia. Causar desordem à ordem que outrora se estabeleceu.

### 1.3 Uma questão de gênero: movimentos feministas, feminismos e Relações Internacionais

O feminismo é um movimento político complexo e dinâmico. Fala-se de muitas perspectivas feministas, uma vez que não é possível pleitear a existência de um único feminismo. Da mesma maneira que a mulher não pode ser compreendida de maneira uníssona e análoga, uma vez que cada mulher é dotada de suas próprias peculiaridades, sendo única por si só, não podemos falar da existência de apenas um feminismo, e, sim, de feminismos<sup>31</sup> que buscam desmistificar concepções vinculadas à submissão e à

---

<sup>31</sup> Segundo as autoras Cixous e Clément (1980) nenhuma teoria feminista pode ser expressa em apenas uma linguagem de mulher, pensar assim seria equivalente a uma importação inconsciente do masculino no pensamento feminino. (CIXOUS, Hélène e CLÉMENT, Catherine, 1980).

docilidade das mulheres (TICKNER, 2001), além de existirem movimentos feministas que se somam às realidades opressivas de raça, origem, dentre outros.

De uma maneira muito sintética poderíamos dizer que os feminismos se dividem em três gerações. A primeira corresponde ao período da Revolução Francesa, estendendo-se até o final da Primeira Guerra Mundial. Possui o objetivo principal de reivindicar os direitos cívicos, políticos e educativos das mulheres. A segunda vertente perdura de 1960 até 1970 primando pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, através da inclusão social e da cidadania. A terceira geração<sup>32</sup>, por sua vez, eclode entre os anos de 1980 e 1990 questionando as certezas existentes no campo dos saberes, e transferindo os estudos da mulher para os estudos de gênero. É nesta geração que o campo de estudo das Relações Internacionais vai abarcar as teorias feministas (HAMAD, 2012, p. 7).

Isto ocorre porque o denominado terceiro grande debate<sup>33</sup> das Relações Internacionais (RI), entre positivistas e pós-positivistas, emergiu juntamente com uma série de novos questionamentos, enquadrando-se dentro da perspectiva pós-positivista da disciplina que focava em questões epistemológicas. Os debates que giravam, até então, em torno de temas como a anarquia internacional, segurança, soberania e o estadocentrismo, estavam dando lugar a novos questionamentos que buscavam repensar a percepção do Estado, concedendo espaço a novos modelos analíticos para a produção teórica da disciplina, que investigavam questões distintas e ouviam vozes que não eram familiares nas RI, como a voz das/dos feministas.

Enquanto os estudos convencionais das Relações Internacionais se baseavam em explicações racionalistas generalizadas sobre o comportamento não-social dos Estados imerso em um sistema anárquico, as teorias feministas focavam nas relações sociais, entendendo o Sistema Internacional como sendo socialmente construído por hierarquias de gênero. O enfoque dado pelos estudos feministas envolviam repensar o olhar

---

<sup>32</sup> O liberalismo foi capaz de abraçar os direitos das mulheres, o marxismo, por sua vez, conseguiu incluir as mulheres na força de trabalho, a psicanálise demonstrou que a feminilidade não é biológica, contudo o sujeito teorizante masculino encontrava-se sempre presente, ocupando sua posição hegemônica, edificando a lógica de sua política. Entretanto, agora “as mulheres começarão a falar com a sua própria sintaxe, com a sua própria voz, fora de qualquer esfera política. Uma voz capaz de exprimir e vociferar a angústia apreendida dos corpos femininos”. (NYE, 1995, p.237).

<sup>33</sup> “O paradigma construtivista inaugura a terceira geração de debates nas Relações Internacionais, abrindo novos caminhos para as questões prementes da política entre os Estados e demais entes do cenário externo. A escola construtivista tem origem diversificada, com raízes trans e multidisciplinares, embora tenha recebido particular encaixe nas ciências sociais e políticas, revelando a essencialidade dos processos de construção mútua dos pilares do saber e do agir internacionais” (CASTRO, 2012, p.385)

hegemônico dominante masculino em termos de veras cruciais como: soberania, segurança poder, estabilidade e o binômio guerra e paz (CASTRO, 2012, p.404).

As primeiras feministas<sup>34</sup> desafiaram a disciplina de Relações Internacionais em relação a como as suas teorias deveriam ser reformuladas e como o entendimento sobre política internacional poderia melhorar uma vez que incluísse as experiências das mulheres. Segundo TICKNER (2001) as abordagens feministas começaram a chamar atenção para a invisibilidade e subordinação do gênero na análise da política internacional e da economia global. Ainda segundo a autora

*Feminist IR theorists generally agree (...) that gender hierarchies are socially constructed and maintained through power structures that work against women's participation in foreign – and national-security policymaking (...) International relations and international politics are arenas dominated by men; therefore, any analysis of gendered concepts and practices in IR demand that attention be paid to the construction and reproduction of masculine identities. (TICKNER, 2001, p. 21).*

Através de análises normativas dentro do estudo das Relações Internacionais algumas feministas atentaram para

*The injustices of hierarchical social relations and the effects they have on human beings' life chances. **Feminists have never been satisfied with the boundary constraints of conventional IR.** While women have always been players in international politics, often their voices have not been heard either in policy arenas or in the discipline that analyzes them. If the agenda of concerns for IR scholars has expanded (...) it is in the context of this intellectual pluralism and disciplinary ferment that feminist approaches have entered the discipline. (TICKNER, 2001, p.3). [grifos nossos]*

Apesar da existência destas muitas variações teóricas no feminismo e que elas venham a discordar em alguns pontos umas com as outras, encontramos convergência com relação a utilização das lentes de gênero (*gendered lenses*) na análise das Relações Internacionais. Poderíamos, então, nos perguntar: o que é gênero?

Historicamente e culturalmente vai se definir gênero como um conjunto de comportamentos e características socialmente construídas que descrevem o que homens e mulheres devem ser. Tais peculiaridades estruturam padrões de comportamento condizentes com a anatomia de seus corpos e que são responsáveis por naturalizar um sistema de símbolos sociais definidores do ser masculino ou feminino. Estes símbolos, socialmente interpretados, passam a representar relações de poder que são aceitas e reproduzidas pela sociedade (MONTE, 2013).

---

<sup>34</sup> Segundo Tickner (2001) as questões de gênero só começaram a ingressar na agenda acadêmica de Relações Internacionais no início dos anos noventa.

A projeção das características femininas e masculinas ou o próprio processo de “generificação” também pode servir para estabelecer, legitimar e, ainda, reproduzir desigualdades sociais. Desta forma, a análise de gênero pode ser utilizada com o intuito de desconstruir e desafiar as hierarquias que por ora estão instauradas e propor novas formas de interação (LWAMBO, 2011).

Os “gêneros”, enquanto *habitus*, sexuais são

aparências biológicas e efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada, como fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade (BOURDIEU, 2014, p. 10).

Assim como muitas identidades, o gênero também é construído mediante um processo discursivo de repetição que é responsável por estabelecer a masculinidade como norma e elemento de poder e de subjugação. Conforme Steans (2006) o gênero pode ser compreendido materialmente no sentido de que, mesmo quando o gênero de alguém não está necessariamente enraizado na materialidade do próprio corpo sexuado, é, no entanto, incorporado em instituições sociais e práticas que reproduzem identidades, papéis e relações de gênero.

Ainda segundo Steans (2006) o gênero é visto como um processo pelo qual o corpo torna-se objetificado no discurso, pressupondo a existência de uma diferença sexual entre homens e mulheres. Para que as mulheres possam ser consideradas penhores que são passados de mão em mão, por exemplo, elas precisam primeiramente ser transformadas em objetos. (NYE, 1995, p. 174).

O gênero é, portanto, compreendido como uma construção cultural e identitária das diferenças sexuais, responsável por produzir, de maneira interrelacional, posições para os indivíduos de uma sociedade, ou seja, entre os homens e as mulheres. Deste modo, há uma padronização de performances ou de papéis sociais que separam e hierarquizam homens e mulheres, determinados basicamente pelo controle do sexo e a imputação de gêneros. Esse “poder normalizador” que opera através de sanções, exames e disciplina dos corpos femininos e masculinos atua especificamente sobre os sujeitos, moldando-os e alinhando-os.

Por exemplo, desde a infância, meninos e meninas crescem separados, aprendem modos diversos de brincar, de se comportar, têm cores estabelecidas de forma diversa, têm lugares específicos e prioritários de onde devem brincar ou mesmo se devem ou não

ajudar nos afazeres familiares. Tais construções estabelecem-se na família, na escola e se perpetuam nas igrejas, no trabalho, etc. Para Judith Butler (2003) o gênero seria entendido como uma identidade constituída, tenuamente, através de uma repetição estilizada de atos (BUTLER, 2003, p. 29).

Michelle Rosaldo argumenta ainda que

O lugar de cada mulher na vida social humana não é de forma direta produto das coisas que faz (ou ainda menos uma função do que a mulher é biologicamente), senão do significado que adquirem suas atividades através de interações sociais concretas (ROSALDO, 1980, tradução nossa, p.400)<sup>35</sup>.

Estes constructos hierárquicos se dão de maneira opositora e relacional, à medida que as desigualdades existentes entre homens e mulheres são definidas a partir de associações binárias que opõem categorias de masculinidade *versus* feminilidade dentro de um sistema linguístico dicotomizado de significados que conectam esses termos a determinadas características, tais como: Eu/Outro, público/privado, racional/irracional, objetivo/subjetivo, forte/fraco. À mulher é designado o segundo lugar desta ordem: o outro, o privado, o mal, o perigoso, o irracional, o subjetivo e o fraco. Independentemente de sua classe ou de sua identidade étnica Chandra Mohanty (2009) explica que

Sem dúvidas, este enfoque estrutura o mundo em uma dicotomia, em termos binários, onde as mulheres sempre se percebem estando em oposição aos homens, onde o patriarcalismo significa necessariamente o domínio masculino e no qual se assume implicitamente que os sistemas religiosos, legais, econômicos e familiares são construídos pelos homens. Desta maneira, tanto as mulheres como os homens aparecem sempre como populações inteiras e constituídas, e as relações de domínio e exploração se postulam também em termos de povos inteiros, povos que entram nas relações de exploração. (MOHANTY, 2009, tradução nossa, p.34)<sup>36</sup>.

A cristalização e reificação destas construções binárias acaba associando à parte masculina a racionalidade, superioridade e força, justificando e legitimando esta forma

---

<sup>35</sup> Cito original: *“El lugar de cada mujer en la vida social humana no es de forma directa producto de las cosas que hace (o aún menos una función de lo que es biológicamente), sino del significado que adquieren sus actividades a través de interacciones sociales concretas”* (ROSALDO, 1980, p.400)

<sup>36</sup> Cito original: *Sin embargo, este enfoque estructura el mundo en una dicotomía, en términos finalmente binarios, en donde las mujeres siempre se perciben en oposición a los hombres, en los que el patriarcado significa necesariamente el dominio masculino y en los que asume implícitamente que los sistemas religiosos, legales, económicos y familiares son construidos por los hombres. De esta forma, tanto las mujeres como los hombres aparecen siempre como poblaciones enteras y constituidas, y las relaciones de dominio y explotación se postulan también en términos de pueblos enteros, pueblos que entran en las relaciones de explotación.* (MOHANTY, 2009, p. 34).

de dominação. Essas relações uma vez postas em polos opostos são responsáveis não apenas por silenciar relações mais complexas, como também por favorecer um tipo de construção identitária em detrimento de outra. (HOOPER, 2001, págs. 43 e 45).

As abordagens feministas vão ser responsáveis por questionar a percepção essencialista/ natural dessas distinções dicotomizadas e analisar as consequências destas para os homens, para as mulheres e para as Relações Internacionais.

Ademais das questões de lentes de gêneros, as abordagens feministas têm em comum ainda o fato de possuírem um comprometimento político com a construção de uma ordem internacional mais justa, onde hierarquias de gênero, classe ou raça não estejam presentes.

#### 1.4 Espiando os feminismos pós-coloniais

Como bem se pode perceber, divide-se o mundo linguisticamente o tempo todo. No estudo das Relações Internacionais não é diferente. Povos civilizados e povos não civilizados (bárbaros), países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, e assim sucessivamente. Tais concepções sociais são (re) produzidas a partir de suas próprias instituições e de seus respectivos processos de produção de conhecimento (HAMAD, 2012, p.12). Estas construções implicam na denotação e reificação de posições de superioridade e inferioridade, de saberes racionais e irracionais.

Michel Foucault fala sobre a existência de “saberes sujeitados”, tais saberes são aqueles que foram desqualificados como saberes não conceituais, rotulados como: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível de conhecimento ou da cientificidade requeridos, a exemplo dos saberes orientais ou dos saberes feministas. Os saberes sujeitados são nada mais nada menos do que aqueles saberes históricos que por muito tempo estiveram presentes e disfarçados no útero dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica foi capaz de trazê-los à tona através da erudição. (FOUCAULT, 2010, p.8).

David Lyon (1998) diz que o fim do colonialismo alforriou saberes à medida que libertou vozes que durante muito tempo foram vítimas de opressão étnica, religiosa e sexual. A experiência pós-moderna possibilitou um novo modo de ser, finalmente, mais humano. Diante deste cenário mais pluralista, foram emergindo novas formas de se fazer teoria, que reivindicavam proteção adequada para aqueles cuja vulnerabilidade à exploração e dominação é bem maior. É neste cenário de contestação de ordem pré-

estabelecida que as abordagens feministas<sup>37</sup> afloram no campo das Relações Internacionais e emergem como forma de contestação da posição subalterna que é resignada à mulher.

Existem heranças coloniais implícitas na tradição feminista, uma vez que o próprio feminismo nasce com uma pretensão universalista semelhante ao que lhe excluiu outrora. As propostas clássicas de Simone de Beauvoir, Betty Friedman e Gayle Rubin, por exemplo, se limitam a distinção entre sexo e gênero, mantendo a base ontológica e as categorias analíticas dicotômicas da diferença sexual inquestionadas. Percebe-se uma homogeneização do sujeito estudado, assim como um reducionismo e uma dicotomização nas análises de relação de poder. A condição de mulher no século XX na América do Norte era totalmente divergente da conjuntura africana do mesmo século, por exemplo (NAVAZ, 2008).

Tendo por base esta linha de pensamento, nos meados finais dos anos de 1970 emergem críticas ao universalismo das propostas feministas. Embora a opressão das mulheres ultrapasse fronteiras raciais e étnicas, isto não implica dizer que a opressão sofrida será idêntica. Faz-se necessário que se pense em uma prática feminista que seja mais inclusiva, dentro e fora da academia, que consiga considerar a pluralidade de experiências que marcam as identidades de gênero. (CASTILLO, 2008, p.85).

Aída Hernández e Liliana Navaz (2008) vão lecionar ainda que as abordagens feministas pós-coloniais, também conhecidas como antirracistas ou anti-imperiais, se distinguem à medida que se configuram como um espaço político de questionamento das heranças da dominação ocidental, que através de suas estratégias colonialistas impuseram um projeto dito “civilizatório” com *ethos* universal para aqueles que foram chamados de “outros”, de “bárbaros”, de “exóticos” e de “selvagens”, por serem diferentes. Tais abordagens funcionam como novas ferramentas de análise que ajudam a construir pontes de comunicação entre diversas tradições feministas que não foram suficientemente representadas na literatura feminista acadêmica, tendo em vista que esta é basicamente hegemonizada pela produção teórica anglo-saxã.

As abordagens feministas pós-coloniais possuem a proposta epistemológica de descolonizar o conhecimento produzido pelo Ocidente, à medida que questionam as visões feministas etnocêntricas e que fornecem espaços de protagonismo, resposta e resistência a esta forma de dominação.

---

<sup>37</sup> Tipologias para fins analíticos: Feminismo Liberal, Feminismo Crítico, Feminismo Radical, Construtivismo Feminista, Feminismo Marxista, Pós-estruturalismo Feminista, Feminismo Pós-colonial.

A economia é um importante fator explicativo para essa corrente, mas a sua principal ênfase está na interseção entre imperialismo, colonialismo, capitalismo, racismo e a opressão das mulheres. As mulheres do Terceiro Mundo experimentaríamos formas particularmente agudas de opressão por causa dessas inter-relações. As pós-coloniais desafiam a distinção entre o local e o global, afirmando que estruturas de dominação perpassam esses níveis e demonstrando como isso implica em formas específicas e múltiplas de opressão para as mulheres do Terceiro Mundo - a maior parte dos mais pobres do planeta. (MONTE, 2013).

As mulheres do dito Terceiro Mundo são sujeitos sociais e de ação política que precisam, mais do que ser escutadas, fazer suas próprias vozes ecoar a partir de uma política emancipatória feminista destinada a transformar a opressão. Não se pode deixar passar taciturnamente os efeitos oriundos da dominação, especialmente aqueles mais negativos. (BOURDIEU, 2002).

Desde séculos passados estas mulheres do chamado Terceiro Mundo tiveram suas histórias desumanizadas, negligenciadas, rotuladas e até negadas muitas vezes. Relegaram a elas, por muito tempo, um papel sem desfecho nas suas vidas e as fizeram acreditar que não poderiam ser capazes de conduzi-las sem a presença de um homem. Muitas meninas na RDC, por exemplo, são educadas desde muito novas dentro de uma sociedade patriarcal, machista e opressora, onde à mulher compete a condição de subalternidade somente por uma questão de gênero. Estas mulheres quando se percebem na posição de oprimidas ainda sofrem para conseguir ocupar um papel emancipador na sociedade por muitas vezes não encontrarem espaço. As ONGs ainda são muito frágeis e dependentes de financiamentos filantrópicos, as Organizações Internacionais ainda são regidas por uma agenda internacional cuja mulher não exerce um papel de destaque elevado e tanto o governo quanto a sociedade civil demonstram, na maioria das vezes, uma condição de inércia.

Muita coisa vem sendo feita, muitos paradigmas estão sendo vencidos, mas ainda existe muito o que se fazer e o que se pleitear. Estas mulheres precisam sair da ocultação que se naturalizou pertencente a elas: primeiro pela mera condição de ser mulher, depois pela condição de ser mulher em países subdesenvolvidos e em sua maioria pobres e, por fim, por serem mulheres pobres e ainda por cima negras. Permeio a tantos estereótipos negativos, eu pergunto: quem está disposto a escutá-las?

### 1.5 Emancipação produz segurança

Emancipação e libertação<sup>38</sup> são conceitos que não podem ser compreendidos quando dissociados. Ken Booth<sup>39</sup> (1991) diz que a emancipação é o meio pelo qual o ente humano consegue atingir a sua liberdade plena e (re) inventar a humanidade, uma vez que é capaz de libertar os indivíduos das amarras estruturais as quais estão submetidos e com isso garantir a segurança e liberdade destes. Bauman disse em uma entrevista ao grupo “Fronteiras do Pensamento Especial”<sup>40</sup> que

Há dois valores essenciais que são absolutamente indispensáveis para uma vida satisfatória, recompensadora e relativamente feliz. Um é a segurança e o outro é a liberdade. Você não consegue ser feliz, você não consegue ter uma vida digna na ausência de um deles, certo? Segurança sem liberdade é escravidão. Liberdade sem segurança é um completo caos, acaba gerando uma incapacidade de fazer nada, planejar nada, nem mesmo sonhar com isso. Então, você precisa dos dois (BAUMAN, 2014).

A emancipação, por sua vez, é descrita como um processo capaz de libertar as pessoas, como indivíduos e grupos, de restrições sociais, físicas, econômicas, políticas e outras coações que acabam por impedir que estes possam realizar tudo aquilo que optariam por fazer livremente. Sendo assim, a definição de segurança como emancipação é responsável por colocar o indivíduo como centro da análise, sendo concomitantemente sujeito e objeto da segurança. (BOOTH, 1991, p.313).

Emancipação é a teoria e a prática de inventar a humanidade, com a vista voltada a libertar as pessoas, como indivíduos e comunidades, de opressões contingentes e estruturais. É um discurso de autocriação humana e a política de tentar realizá-lo. Segurança e comunidade são princípios orientadores, e, nesta fase da história, o crescimento de uma cultura universal dos direitos humanos é fundamental para a política emancipatória. O conceito de emancipação molda estratégias e táticas de resistência, oferece uma teoria de progresso para a sociedade, e dá uma política de esperança para a humanidade comum (BOOTH, 1999, p.31)<sup>41</sup>

<sup>38</sup> Para Paulo Freire (2014) “(...) a libertação é um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se. Esta libertação não pode dar-se, porém, em termos puramente idealistas. Se faz indispensável aos oprimidos, para a luta por sua libertação, que a realidade concreta de opressão já não seja para eles uma espécie de “mundo fechado” do qual não pudessem sair, mas uma situação que apenas os limita e que eles podem transformar, é fundamental, então, que ao reconhecerem o limite que a liberdade opressora lhes impõe, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora” (FREIRE, 2012, p.48).

<sup>39</sup> Ken Booth é um teórico britânico das Relações Internacionais. Atualmente é o chefe do Departamento de Política Internacional da Universidade de Aberystwyth, no país de Gales. Juntamente com Richard Wyn Jones, o autor faz parte da Escola de Gales de estudos de segurança crítica, que é considerada por muitos estudiosos como a mais radical dentro da discussão de expansão do conceito de segurança.

<sup>40</sup> A entrevista com o sociólogo contou com a ajuda da UFRGS e foi realizada em 2014. Ela pode ser assistida através do site: <http://www.paulobach.com.br/2015/10/06/zygmunt-bauman-sobre-facebook/>

<sup>41</sup> Cito original: “*Emancipation is the theory and the practice of inventing humanity, with a view to freeing people, as individuals and collectivities, from contingent and structural oppressions. It is a discourse of human self-creation and the politics of trying to bring it about. Security and community are guiding*

Portanto, os conceitos de segurança e emancipação também podem ser entendidos como complementares, tendo em vista que a emancipação é capaz de produzir segurança:

Segurança significa a ausência de ameaças. Emancipação é a libertação das pessoas (como indivíduos e grupos) dessas restrições físicas e humanas que lhes impedem de realizar o que eles iriam escolher livremente para fazer. Guerra e ameaça de guerra é uma dessas restrições, juntamente com a pobreza, a educação deficiente, opressão política e assim por diante. Segurança e emancipação são dois lados da mesma moeda. Emancipação, e não o poder ou a ordem, produz a verdadeira segurança. Emancipação, teoricamente, é a segurança (BOOTH, 2010, p. 319)<sup>42</sup>.

Emancipação e segurança são, conseqüentemente, “dois lados da mesma moeda”, como afirma Booth (2010). Um agente que possua esse princípio está trabalhando em prol da Segurança Internacional dos indivíduos, auxiliando desta maneira a amplificar as chances de compartilhamento do bem-estar social, sem que existam grupos que sejam mais ou menos privilegiados, fomentando a promoção de uma sociedade mais igualitária, onde a justiça social realmente está direcionada para todos. A segurança é um valor instrumental que permite aos seres humanos viverem harmonicamente em uma sociedade de maneira que se expressam livremente (RAMOS, 2012, p.34).

Em sua publicação de 1995 intitulada *Security in Southern Africa: After Apartheid, beyond Realism*, Booth apresenta um exemplo prático da emancipação em uma comunidade. O autor aponta o *apartheid* como um modelo de comunidade de indivíduos oprimidos pelo sistema racista que tomou forma no país e foi capaz de segregar as pessoas por questões raciais, restando a comunidade negra do país a condição de inferior, de indigno, de o “outro”. Estes indivíduos, por ora oprimidos, superaram a naturalização do discurso do opressor (que considerava que negros eram por essência inferiores à população branca), descobriram a si próprios nesta condição de opressão e intentaram uma luta incessante pela recuperação de sua humanidade e transformação da realidade objetiva de dominação que vivenciaram até então. Eles conseguiram mobilizar a opinião pública internacional para as questões raciais que permeavam o país e desta

---

*principles, and at this stage of history, the growth of a universal human rights culture is central to emancipatory politics. The concept of emancipation shapes strategies and tactics of resistance, offers a theory of progress for society, and gives a politics of hope for common humanity” (BOOTH, 1999, p.31).*

<sup>42</sup> Cito original: “Security means the absence of threats. Emancipation is the freeing of people (as individuals and groups) from those physical and human constraints that stop them carrying out what they would freely choose to do. War and threat of war is one of those constraints, together with poverty, poor education, and political oppression and so on. Security and emancipation are two sides of the same coin. Emancipation, not power or order produces true security. Emancipation, theoretically, is security” (BOOTH, 2010, p. 319).

maneira conseguiram se livrar da violência estrutural e cultural que os impediam de serem, por fim, livres e emancipados. (BOOTH, 1995, p.287-290). Uma vez emancipados eles conseguiram retomar sua humanização e a sua dignidade humana, garantindo a sua segurança e legitimação enquanto grupo pertencente a uma nação que respeita a igualdade e reconhece as diferenças (SANTOS, 2007, p.62).

Pode-se concluir que a práxis pode ser definida como a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para, com isso, serem capazes de transformá-lo. Sem ela, a superação da contradição existente entre opressor-oprimidos torna-se inconcebível. Portanto, essa superação vai exigir a colocação crítica dos oprimidos na realidade que os oprimem, para serem capazes de atuar sobre ela. Consiste no enfrentamento direto da cultura da dominação a partir do processo de tomada de consciência. Todos os indivíduos precisam ter o direito de afirmar, defender ou questionar qualquer espécie de posição normativa que digam respeito a si próprios (FREIRE, 2014, p.52-53).

A emancipação é um “meio” e não um “fim” que deve nortear o novo pensamento sobre segurança na criação de novas estruturas inclusivas e igualitárias. (RAMOS, 2012, P.35). As diversas possibilidades de se ler o mundo, a denúncia das relações de poder que oprimem, a integração e a comunicação são elementos fundamentais para esta nova forma emancipadora de se pensar segurança. Gramsci diz que é necessário buscar compreender o papel que as ideologias, valores e ideias representam na construção e manutenção das estruturas sociais e políticas, para desta maneira conseguir superá-las.

O conceito de segurança está, portanto, intimamente conectado às transformações na comunidade<sup>43</sup>. Para que isso consiga ser inserido na sociedade é necessário que se desperte nela o pensamento crítico, evidenciando problemas como o da injustiça, da desigualdade social, do racismo, do machismo, da exclusão, entre outros, como problemas que estão diretamente relacionados com as estruturas de poder, mas que podem ser transcendidos. Isso consistiria em definir segurança como a “emancipação do eu”. Essa ação poder ser perpetrada de muitas maneiras, inclusive pela ação de ONGS como a COPERMA que viabilizam a transformação da violência sofrida pela mulher, a partir do momento que estas não percebem a sua posição de subalternização na RDC como imutável.

---

<sup>43</sup> Ken Booth (1995) define comunidade emancipatória como sendo aquela na qual os indivíduos podem disfrutar de sua liberdade para se expressar e se afirmar permeio as diferenças, podendo ser vistos como iguais.

Cox (1986) diz que nenhuma teoria existe por si mesma, dissociada de sua situação no tempo e no espaço ou desincumbida de algum juízo de valor. Sendo assim, a intenção do pensamento ortodoxo e ocidental em segurança é o fortalecimento de estruturas opressoras e a manutenção do *status quo*. O pensamento emancipatório vai na contramão dessas teorias de *problem solving*, à medida que buscam romper com a violência direta e indireta oriundas destas estruturas de poder e superá-las. Isso pode ser possível a partir de uma reformulação do entendimento do conceito de Segurança, com base no indivíduo e na inclusão de grupos sociais que outrora estavam sofrendo violência.

## 2 ESTUPRO E VIOLÊNCIA SEXUAL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

“Estupro não é sexo, é violência.” (PATEMAN, 1993)

### 2.1 Quando a lei é morta

A história do contrato sexual tem suas raízes ligadas ao direito político, uma vez que entende este enquanto direito patriarcal. O direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é gerado pelo contrato. A natureza, a biologia e o sexo são responsáveis por impor limites a este. Desta maneira a liberdade civil não possui caráter universal, é na verdade um atributo masculino que depende do direito patriarcal. O contrato cria a liberdade do homem contraposta a sujeição da mulher, criando o direito político dos homens sobre as mulheres (PATEMAN, 1993, p. 16 e 17).

Premissas de liberdade individual natural e de igualdade são princípios abstratos universais que se colocam como essenciais para a constituição de um mundo civil e de igualdades jurídicas. Na RDC, por exemplo, a lei estabelece que as mulheres e os homens congolese têm direitos iguais e que uma mulher não pode ser obrigada a se casar. A lei concede ainda às mulheres o direito de votar e diz que elas podem gozar dos direitos referentes à herança. Entretanto, a lei em sentido formal não garante que esta seja obedecida em esfera material. O país continua negando a suas mulheres a sua liberdade e os seus direitos, à medida que repulsa, desconsidera, ignora e viola suas garantias constitucionais.

Na RDC as mulheres podem, por exemplo, ser colocadas para fora da casa de seu falecido marido por seus sogros e pode acontecer ainda de serem privadas de todos os bens que o casal tinha adquirido, mesmo que o direito assegure a estas o seu direito à herança. Além disso, o “direito da família” diz que o marido é o chefe da família e deve fornecer proteção para sua esposa e que esta, por sua vez, deve obedecer ao marido (*Association pour la Promotion, Protection et Défense des Droits De'fense de la Femme 2001*). Ademais, uma mulher casada precisa da autorização do seu marido uma vez que queira realizar quaisquer atividades que ocorram fora do âmbito familiar, seja frequentar uma Universidade ou até mesmo pedir um passaporte, muito embora o Estado congolês assegure a estas mulheres direitos iguais aos dos homens. (PUECHGUIRBAL, 2003, p 1271).

A lei proíbe ainda a poligamia, entretanto a tradição a tolera, sendo permitido que o homem possa “ter” mais de uma mulher. Ademais, o homem sempre permanece como o chefe da família, por exemplo, o irmão da mãe possui mais autoridade do que a mãe sobre os seus próprios filhos. As mulheres também são excluídas das reuniões da aldeia e dos outros conselhos que determinam a política local, muito embora a lei diga que estas possuem direito ao voto (PUECHGUIRBAL, Nadine, 2003, p 1273).

Com relação à educação a *CIA Factbook*<sup>44</sup> estima ainda que, enquanto 81 por cento dos homens são alfabetizados em uma das línguas da região, apenas 54 por cento das mulheres aprendem a ler e escrever. O PNUD dá a RDC um dos mais baixos escalões em seu Índice de Desigualdade de Gênero (IDG)<sup>45</sup> (HIRSCH, WOLFE, 2012).

Percebemos, portanto, que a diferença sexual acaba sendo uma divergência política. As mulheres congolenses configuram-se como objetos do contrato. O contrato sexual seria a maneira pela qual os homens transformariam o seu “direito natural sobre as mulheres” na segurança da liberdade civil (PATEMAN, 1993, p. 21). A maneira que os homens tratam as mulheres congolenses corroboraram para a existência de uma violência estrutural<sup>46</sup> e cultural<sup>47</sup> no país.

A RDC caracteriza-se, portanto, por uma desigualdade profunda de gênero, as mulheres e meninas são menos valorizadas do que os homens e meninos. A desigualdade de gênero se traduz em valores e normas sociais profundamente discriminatórias em todas as esferas da vida, manifestando-se no acesso desigual das mulheres à educação,

---

<sup>44</sup> [https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/print/country/countrypdf\\_cg.pdf](https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/print/country/countrypdf_cg.pdf)

<sup>45</sup> O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) reflete desigualdades com base no gênero em três dimensões – saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica. A saúde reprodutiva é medida pelas taxas de mortalidade materna e de fertilidade entre as adolescentes; a autonomia é medida pela proporção de assentos parlamentares ocupados por cada gênero e a obtenção de educação secundária ou superior por cada gênero; e a atividade econômica é medida pela taxa de participação no mercado de trabalho para cada gênero. [http://www.pnud.org.br/idh/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDH](http://www.pnud.org.br/idh/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH)

<sup>46</sup> A violência é estrutural quando resulta da distribuição desigual do poder e possui na repressão e na exploração as suas expressões mais reais. É a violência que foi construída, reificada e naturalizada dentro de uma estrutura social, podendo ser evidenciada tanto no âmbito físico quanto no psicológico. Poderíamos exemplificar esse tipo de violência na rígida divisão de trabalho, no machismo, na marginalização de algumas classes sociais, no preconceito, na pobreza, entre outros. A violência estrutural é resultante da desigualdade de poder e da injustiça social, sendo a estrutura o meio em que a violência é transmitida e reproduzida. O *status quo* é mantido e a sua reprodução automática.

<sup>47</sup> Johan Galtung (1990) define violência cultural como qualquer aspecto ou elemento de uma cultura, da esfera simbólica da nossa existência, que pode ser usado para justificar ou legitimar socialmente a violência direta e estrutural. A violência cultural faz com que estas ditas anteriormente sejam compreendidas como corretas, ou que pelo menos não apareçam como erradas, tendo em vista que é a violência legitimada pelo indivíduo através da religião, da ideologia, da ciência formal e empírica, da arte, entre outros. O machismo, por exemplo, é utilizado para justificar atos de violência, tais como: a dominação, a subordinação/submissão, a repressão, as violações, a exploração, etc.

alimentação e saúde, bem como à propriedade e à herança. Logo, faz-se notório que na RDC a aplicação da lei é quase inexistente e o acesso à justiça é deficiente. A lei existe apenas em sentido formal, não material.

Não tão somente, o país detém ainda de um sistema jurídico assolado pela corrupção, por uma capacidade limitada e por muita interferência política. Magistrados muitas vezes não têm formação adequada para exercer seus cargos e equipamentos básicos para conduzir investigações completas contra violadores, por exemplo. Para a maioria das mulheres do país, ir para a polícia e prestar queixa sobre um crime é quase impensável, a maioria das mulheres temem sofrer retaliações por terem sido deladoras. Para as poucas mulheres que conseguem identificar publicamente os seus estupradores, os processos são morosos e ataques de represália contra a vítima e /ou a sua família são comuns.

Ademais, na RDC existe um sistema penitenciário falido, inseguro, corrupto e incapaz de ressocializar os presos. Em decorrência disto, aqueles poucos agressores que estupraram e foram presos acabam tendo dois destinos: ou escapam dos presídios (por meios próprios ou subornando guardas) e vão em busca de se vingar das pessoas que os denunciaram, ou acabam por definhar em condições espantosas na prisão, aguardando o julgamento por semanas, meses e até mesmo anos. É primordial repensar o sistema jurídico da RDC, onde crimes como os de violência sexual não ficam impunes e as mulheres não tem medo de denunciar os abusos que sofrem diariamente.

## 2.2 Quando o corpo denuncia: guerra, estupro e traumas

O estupro de mulheres em conflitos remonta a antiga Babilônia, onde os soldados recebiam permissão para estuprar mulheres como recompensa pelas suas vitórias, enquanto os derrotados precisavam suportar a vergonha de ter suas mães, suas namoradas, suas esposas e até mesmo filhas sendo violentadas. Desde então a cultura militar vem apoiando a construção da masculinidade incorporada e encarnada na figura do guerreiro masculino, onde a ideologia militar permite que estes utilizem da violência como meio de resolução conflito.

Trenholm (2014) diz que

*In patriarchal constructions, a woman's body is viewed as the property of the nation. To seize her body as in war-rape, is to claim victory over the enemy and serves as an 'element of communication' (Snyder et al. 2006) to the patriarchal protectors that they have failed to defend her. Within cultures,*

*which embrace the belief that the seat of male honor is mirrored in the sexual purity of their female relations, raping a woman could cause more lasting damage, not just to her but also to her male relations (TRENHOLM, OLSSON, AHLBERG, 2014, p. 140).*

Fora somente em 1993 que o Tribunal Penal Internacional finalmente tornou público o tema tabu do estupro, à medida que denunciou as violações em massa que ocorreram nos campos de estupro da antiga Iugoslávia, onde muitas mulheres ficaram presas e eram obrigadas a ter relações sexuais com mais de um soldado por dia, até engravidarem e não terem mais como abortar. (BUSS, 2009, p.65-66) Entretanto, somente em 2008, depois de séculos de negação de toda a devastação, criminalidade e impactos à saúde que o estupro causara a milhares de mulheres, que o Conselho de Segurança da ONU resolveu aprovar uma resolução que condenava o estupro como arma de guerra<sup>48</sup>. (TRENHOLM, OLSSON, AHLBERG, 2014, p. 139).

O secretário geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, disse que o estupro e outras formas de violência sexual em situações de conflito são exemplos de crimes globais. Ele disse ainda que na maioria destes casos os culpados quase não são levados à justiça, ao mesmo tempo que aquelas mulheres que sobrevivem muitas vezes não são capazes de se recuperar e reconstruir suas vidas. O secretário ressaltou que é preciso reverter este quadro e repensar questões que fazem alusão à violência de gênero, porque nos dias vindouros é inconcebível os corpos das mulheres estarem sendo utilizados como forma de punir os adversários. (2014, BBC).

A violência referente ao gênero pode ser compreendida como toda aquela cujos alvos podem ser homens ou mulheres em razão do seu sexo ou de papéis de gênero que são socialmente construídos (CARPENTER, 2006, p.83). A violência sexual constitui um exemplo de violência de gênero. Esta, por sua vez, é definida como

Qualquer tipo de violência, física ou psicológica, realizada por via sexual ou visando a sexualidade, incluindo, assim, ataques físicos e psicológicos direcionados às características sexuais de uma pessoa, como forçar a pessoa a se despir em público, mutilar genitais de uma pessoa, ou cortar fora um peito de uma mulher, bem como situações nas quais duas vítimas são forçadas a realizar atos sexuais entre si ou situações em que as vítimas são forçadas a se

---

<sup>48</sup> É neste momento que o estupro passa a não ser mais somente um inevitável subproduto da guerra, ele começa a ser entendido como uma estratégia militar determinada e reconhecido pelos principais órgãos de Direito Internacional como um ato de genocídio ou crime de guerra. Esta mudança de perspectiva foi vista com muito entusiasmo por autoras feministas, por exemplo. Elas compreendiam tal mudança como uma grande alavancada no pensamento contemporâneo acerca da violência sexual advinda de guerras, tendo em vista que até há pouco tempo a violência sexual não era enxergada como uma questão de Direito Internacional, tampouco de política externa (BUSS, 2009; COPELON, 1994).

ferir uma à outra de uma maneira sexual. (SIVAKUMARAN, 2007, p. 262, tradução nossa).<sup>49</sup>

Segundo Peterman (2011) a violência contra as mulheres não é uma tragédia fabricada, por vezes esta é utilizada como uma tática sistemática de guerra para desestabilizar populações e destruir comunidades e laços familiares. Esta prática tornou-se mais comum e cada vez mais brutal nos últimos anos na República Democrática do Congo (RDC). Relatórios da RDC indicam que a violência sexual é generalizada e inclui estupro, estupro em público, estupro com objetos estranhos, rapto para fins de escravatura sexual, incesto forçado, mutilação da genitália das mulheres com facas e armas, escravidão sexual, prostituição forçada, entre outras atrocidades. Mulheres de todas as idades sofrem tais perversidades e muitas sofrem outras lesões traumáticas, bem como a perda de familiares e saques durante o ataque (HAVARD HUMANITARISM, 2009, p.30). Relatórios da imprensa popular, publicações feitas em *papers* por organizações não governamentais e por multinacionais descrevem o número de vítimas de estupro na RDC como "dezenas de milhares " em um país onde a população estimada beira os 70 milhões (UN WOMEN, 2014).

Pode-se perguntar: por que as mulheres sofrem tanta hostilidade na RDC? Uma das explicações dadas exporia que as mulheres (inclusive aquelas que ainda são crianças e não possuem maturidade sexual) são os alvos vulneráveis e desarmados do conflito e, por isso, acabam sendo utilizadas como um instrumento de dominação total. O estupro, por exemplo, é utilizado pelas milícias como forma de obtenção do controle de dado território, uma vez que serve para promover a limpeza étnica do local em questão. Serve ainda para atestar força e depreciar o oponente ao sujeitar/dominar e massacrar populações de sua etnia.

A título de exemplo, podemos relatar aqui o caso do estupro em massa que ocorreu na RDC entre julho e agosto de 2010, onde um número estimado de 387 mulheres e meninas da aldeia de Luvingi, na região de Walikale, foram estupradas. Rebeldes da etnia *hutus* das Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR) e suas milícias aliadas locais, Mai-Mai, cometeram estupros e saques sistemáticos na aldeia por quatro dias.

---

<sup>49</sup> Cito original: "Any violence, physical or psychological carried out by sexual means or by targeting sexuality, thus including both physical and psychological attacks directed at a person's sexual characteristics, such as forcing the person to strip naked in public, mutilating a person's genitals, or slicing off a woman's breast as well as situations in which two victims are forced to perform sexual acts on one another or to harm one another in a sexual manner" (SIVAKUMARAN, 2007, p. 262)

Uma mulher de 38 anos, mãe de cinco filhos que vive na Aldeia de Luvigi contou a *Human Rights Watch* a sua experiência durante este episódio

Ouvi tiros, e quando eu tentei fugir com meus filhos e meu marido, [os caças] eles nos pararam e disseram que nós não íamos a lugar nenhum. Eles levaram tudo o que queriam da nossa casa. Em seguida, eles nos disseram para ajudá-los a transportar o que tinham tirado das outras casas na nossa aldeia. No caminho, eles nos separaram em três grupos - eu estava em um grupo, o meu marido em outro e as crianças em outro.

Quando chegamos a um lugar um pouco longe na floresta, eles me disseram para colocar para baixo o que eu estava carregando. Em seguida, eles amarraram minhas mãos e pés em uma árvore. Eu não podia me mover. Tiraram minha roupa e começaram a me estuprar. A primeira vez, a segunda, a terceira, a quarta e a quinta. Depois desta eu comecei a sangrar a sério, mas eu não podia fazer nada sobre isso. Quando o sexto homem queria me estuprar, ele disse que precisava me limpar. Ele tirou sua jaqueta e a forçou em meus órgãos genitais. Uma vez que o sangramento não parava ele continuava. Imagine o tamanho de uma mão e de uma jaqueta que ele estava forçando na minha vagina e da dor que eu estava tentando suportar. Mesmo com a dor, eu consegui desatar uma das minhas mãos, e quando eu queria me defender, um deles imediatamente cortou a minha mão esquerda com o seu facão. Depois disso, eu perdi a consciência, e eu não sei como muitos outros me estupraram. Era noite, e eu não sei quando eles saíram.

Eu recuperei a minha consciência no início da manhã. Comecei a chorar, mas não em voz alta, porque eu não tinha força. Havia insetos em torno de mim por causa do sangue. Felizmente, outras pessoas que estavam na floresta me ouviram. Eles vieram, me desamarraram e me ajudaram a lavar-me no rio. Pouco a pouco, comecei a ficar melhor. [Até agora] somente as pessoas que me trataram conheciam a minha história. Eu escondi a minha vergonha até agora. Se ao menos eu tivesse morrido, eu teria sido capaz de me livrar dessa vergonha.

Eu não sei nada sobre o que aconteceu com o meu marido e com os meus filhos, mas eu acho que o meu marido foi morto. Outras mulheres tiveram o mesmo problema que eu. Cinco delas morreram por causa de seus problemas médicos após o estupro (2011).<sup>50</sup>

A violência sexual é o meio utilizado pela milícia para controlar a reprodução do "inimigo". Isto ocorre porque ao violentar estas mulheres você consegue: humilhar os seus maridos, uma vez que estes foram inábeis em cumprir a sua função de homem protetor; forçar as mulheres a ter filhos dos adversários e sofrerem sanções da comunidade ao serem tidas como indignas; retaliar; para controlar comunidades, territórios e recursos naturais e, por fim, afetar a fertilidade dos corpos das mulheres através da mutilação, afetando com isso o potencial de reprodução da comunidade inimiga (DOUMA, HILHORST, 2012, p. 22-23; RINSUM, 2013; UN 2010)<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> O relato original está disponível em <https://www.hrw.org/news/2014/06/10/democratic-republic-congo-ending-impunity-sexual-violence>

<sup>51</sup> Existem outros motivos que justificam as violações feitas às mulheres. Alguns membros do Mai Mai acreditam que estuprar mulheres os fortalecem para a batalha; outros dizem que estupram para evitar a violência de seus superiores. Alguns homens do *Armed Forces of the Republic* (FARDC) explicam que existem dois tipos de violações: a "boa" e a "ruim", a ruim é a que inclui mutilações e estupros de crianças e que ocorrem porque eles acreditam estar possuídos pelo demônio, a "boa" é quando a violação se resume ao estupro que para eles – pela sua banalização – tal ação não possui resquícios de violência;

O exemplo dado acaba por ilustrar como a violência sexual acaba sendo empregada de forma sistemática como uma arma de guerra<sup>52</sup> contra a sociedade civil, uma vez que tanto o estupro quanto as agressões sexuais e a escravidão sexual são meios de guerra psicológica que tem por intuito humilhar, aterrorizar e torturar mulheres inocentes, muitas vezes famintas e doentes, objetivando minar a moral do inimigo. Estas violações sexuais afetam diretamente os valores, os parâmetros de convivência, as expectativas sobre o futuro e a energia vital destas mulheres.

Na RDC é comum ainda que grupos de militares e de guerrilheiros mantenham as mulheres violadas em cativeiro por semanas, fazendo com que estas desempenhem trabalhos domésticos, que por sua vez são estereotipados como serviços cabíveis às mulheres dentro da esfera doméstica, como cozinhar, limpar, satisfazer os desejos sexuais do seu “dono” e cuidar das crianças que foram sequestradas e que serão treinadas para serem futuros matadores. (CARRANCA, 2013). É preciso perceber que muitas dessas mulheres continuam sendo violadas dentro do cativeiro.

Marie Nzoli, 49 anos, foi uma das fundadoras da organização não-governamental Coperma, que existe desde 1983 e trabalha com vítimas de abusos sexuais na RDC, emancipando mulheres dentro da comunidade e denunciando a situação de descaso com as congolezas para o mundo. A congoleza atravessou o mundo para contar a sua história ao Brasil em um Fórum de Debates intitulado “Mulheres Reais que Inspiram” que ocorreu em São Paulo no dia 02 de julho de 2012<sup>53</sup>.

**Figura 7:** 1º Fórum Brasileiro “Mulheres Reais que Inspiram”

---

outros membros do FARDC dizem que através do estupro eles conseguem expressar a sua frustração ou fúria por estar com fome, não ser amado por sua esposa ou não ter dinheiro, eles dizem que sentem que precisam violar mulheres ou matar pessoas para aliviar este sentimento (HIRSCH, WOLFE, 2012) Disponível em: <http://www.womenundersiegeproject.org/conflicts/profile/democratic-republic-of-congo>

<sup>52</sup> Classificação esta que surge com o movimento feminista para dar luz a uma condição até então ignorada.

<sup>53</sup> O Fórum contou com a participação de outras ativistas reconhecidas mundialmente, a exemplo da Fawzia Koofi, política e feminista afegã que ocupa atualmente o cargo de vice-presidente do Parlamento do Afeganistão e Mina Ahadi, a iraniana que ocupa um local de destaque no Comitê Internacional contra o Apedrejamento e que ficou conhecida mundialmente pela mobilização social que conseguiu fazer, através das redes sociais, contra o apedrejamento de Sakineh, uma cidadã iraniana.



Marie Nzoli, com a sua intérprete, no 1º Fórum “Mulheres Reais que Inspiram”.



Integrantes do 1º Fórum Brasileiro Mulheres Reais que Inspiram

Nzoli relata que o estupro é uma prática corriqueira no país e que as violações independem da idade da mulher. Ela conta que as mulheres congoleesas estão expostas a tantos níveis de brutalidade e violências sexuais que a vida de muitas delas se tornou uma luta diária árdua para sobreviver. Marie diz ainda que é muito comum as mulheres serem violadas por um grupo de homens que se alternam sobre os seus corpos e que muitas vezes arrancam mamilos e o clitóris à faca, além de fazerem furos em seus pés para que estas não possam fugir e sangrem até ficarem desfalecidas.

Durante o fórum ela compartilhou alguns de seus relatos com o público brasileiro, em um deles ela conta que a violência na RDC não é simplesmente de militares ou guerrilheiros, mas é comum também no âmbito doméstico, entre marido e mulher

Eu fui estuprada pelo meu marido. Muitas vezes. Eu estava fazendo comida e não queria. Mas, ele dizia: “Vem cá”. Eu não queria, mas ele dizia: “Eu tenho o direito. É o direito do homem”. Ele me pegava mesmo diante dos meus três filhos. E, se eu me recusasse, ele me batia na frente das crianças. Até hoje eu

não suporto escutar meus filhos chamando ele de “papai”. Ele é um monstro (NZOLI, 2012)

Em um outro episódio relatado pela militante, ela dividiu com as pessoas presentes uma experiência pessoal sua quando de quando estava dentro de um ônibus indo para a cidade de Goma que faz fronteira com Ruanda. Marie disse que

Os militares pararam o nosso ônibus e mandaram todas as pessoas tirarem a roupa, inclusive o motorista (...) eu sentia medo e raiva. Quando nos mandam tirar a roupa, a gente precisa dizer “obrigada”. Eles ordenam “Agora, digam obrigada porque a gente não matou vocês”. Mas, desta vez, não nos mataram (...) A mulher de um deles estava grávida e eles precisavam de alguém que ajudasse no parto. Me deram um pano para cobrir o sexo, e eu fui ajudar a mulher. O militar disse que, se nascesse um menino, seríamos poupados. Mas, se fosse uma menina estaríamos mortos. Eu tremia muito. Pensei que estava no final da minha vida. Mas, quando nasceu o menino, os militares ficaram numa felicidade enorme. Saíram para comprar cerveja e comemorar. E, quando voltaram, celebraram fuzilando todos os passageiros de um ônibus que estava atrás do nosso. E, depois, colocaram fogo no ônibus e nas pessoas. Dezoito mortos. Por nada (NZOLI, 2012).

Ainda referente à situação de vulnerabilidade das mulheres na RDC Nzoli explica que

Há estupros todo dia. Meninas e também mulheres mais velhas estão plantando. Os militares passam e as estupram na frente de todo mundo. Vi meninas de 10, as mais velhas com 15 anos, serem estupradas. Os mais pobres precisam andar até 30 quilômetros para encontrar água para beber. As meninas vão buscar água e, quando voltam, os militares as violentam. Depois, elas geram bebês. Pouco importa se é milícia ou exército. Guerrilheiros e militares são todos selvagens. Se as mulheres resistem, eles cortam os seios e o clitóris. Uma vez jogaram vários militares que já estavam doentes de Aids na nossa cidade e contaminaram muitas mulheres. Existe lá um hospital só para cuidar das mulheres infectadas. Os ruandeses e também os ugandenses, mas mais os ruandeses, querem exterminar a população do Kivu do Norte, onde eu vivo, para ocupar o nosso território. Antes, a guerra era com faca, com fuzil. Mas, hoje, além da faca e do fuzil, existe a doença. Eles estupram as mulheres, transmitem a Aids e assim vão nos matando. É um genocídio. E é um genocídio há muito tempo. E ninguém faz nada (NZOLI, 2012).

Maman Agathe Farini é uma outra congoleza, ela é a responsável por cuidar das muitas grávidas que estão em situação de risco no hospital de Masisi que é sustentado pela organização dos Médicos sem Fronteiras. Farini fora testemunha de muitos episódios de violência contra as mulheres e crianças congolezas, inclusive um destes foi responsável por tirar a vida do seu próprio filho. Ela conta que em dezembro de 2012 presenciou o estupro coletivo de várias mulheres próximo ao hospital. Nas palavras dela

Os rebeldes estupraram várias mulheres, aquelas que estavam grávidas eles cortavam suas barrigas com facões sem piedade, os bebês ficavam mortos lá dentro do ventre. As mulheres que conseguiram sobreviver ao ataque não queriam mais ver um homem sequer. Aquelas que engravidaram dos estupradores não queriam mais ver a criança, nem sequer alimentá-las. Muitas tentaram depois abortar em casa, muitas vezes tomando chá de ervas e usando

galhos, uma vez que na RDC a prática do aborto é tida como ilegal (FARINI, Agathe, 2012).

Soldados congolezes do Setor 43, comandado pelo tenente-coronel Mutuare Daniel Kibibi, estupraram pelo menos 50 mulheres e meninas na cidade de Fizi, na província de Kivu do Sul nos dias 01 e 02 de janeiro de 2011. Uma das meninas violentadas, que não quis se identificar, dividiu com a *Human Rights Watch* a sua experiência

Eu estava vendendo *donuts* no mercado quando começamos a ouvir tiros. Reunimos nossos bens, fomos rapidamente de volta para nossas casas e trancamos as portas. Mais tarde, ouvimos vozes do lado de fora e eles atiraram em nossa porta. Meu irmão, que estava ao lado da porta foi morto pela bala, e começamos a chorar. Os soldados entraram na nossa casa e nos disseram que tínhamos que calar a boca ou eles iriam atirar em nós também.

Em seguida, eles levaram eu e a minha mãe para a parte de trás da casa. Eles chamaram o meu pai e irmãos para ver o que eles iriam fazer em nós. Posteriormente, os soldados nos estupraram na frente do meu pai e dos meus irmãos. Quando o meu irmão caçula viu o que eles estavam fazendo, ele começou a chorar. Os soldados lhe disseram: "Já que você está chorando, vamos lhe dar um presente." Então eles lhe disseram para dormir comigo. Ele se recusou, e os soldados esfaquearam a sua mão esquerda e as suas costas. Ele caiu imediatamente no chão.

Havia 11 soldados. Cinco deles me estupraram, e os outros cinco estupraram a minha mãe. O décimo primeiro soldado foi baleado pelos outros, porque ele se recusou a me estuprar. Havia dois comandantes no grupo. Um deles foi o primeiro a me estuprar, e então ele deixou os outros fazerem o mesmo. No momento em que eles saíram, minha mãe e eu tínhamos perdido a consciência (2011)<sup>54</sup>.

Em julho de 2013 o grupo de *Mai Mai*<sup>55</sup> *Kifuafua* estuprou 25 mulheres e meninas na vila de Karete, no território de Walikale. Um dos integrantes forçou uma menina de 11 anos de idade a abrir a porta da sua casa. Ela também compartilhou a sua experiência com à *Human Rights Watch*

Ele me pediu dinheiro e eu disse que eu não tinha nada. Depois disso, dois outros vieram e eles me arrastaram para fora da minha casa. Chorei pedindo a ajuda do meu pai, mas ele não me respondeu. Eles começaram então a me despir. Fizeram-me deitar no chão e começaram a me estuprar. Houveram três deles que me estupraram. Eles me deram várias tapas no rosto e ameaçaram cortar a minha cabeça fora. Eles me disseram que me matariam se eu não parasse de gritar. Até agora, eu tenho pesadelos. Quando eu vou para a aldeia

<sup>54</sup> O relato original está disponível em <https://www.hrw.org/news/2014/06/10/democratic-republic-congo-ending-impunity-sexual-violence>

<sup>55</sup> "Os **Mai Mai** são diferentes milícias formadas a partir de laços comunitários atuantes em território congolês, em especial próximo às fronteiras com **Uganda** e **Ruanda**. Contrárias à presença de ruandeses tutsis e hutus em território congolês, acreditando que os estrangeiros buscam se apropriar de suas terras e poder. Tornaram-se ativos a partir da "**Segunda Guerra do Congo**". Aproveitam-se da instabilidade na região para benefício próprio, praticando saques, banditismo e atacando civis e funcionários da ONU (ANDREOTTI, 2013). Disponível em: <http://blogceiri.com.br/republica-democratica-do-congo-ha-solucao-para-o-leste-do-pais/>

as pessoas riem de mim. Elas dizem que eu sou a esposa de um Mai Mai. É humilhante (2013)<sup>56</sup>.

O ginecologista da República Democrática do Congo, Denis Mukwege<sup>57</sup>, que trabalha ouvindo histórias de estupradores que mutilam genitálias e tentando reconstruir estas, relata que

As mulheres do Congo são consideradas coisas, não são mais consideradas humanas. Em alguns parques africanos, nos quais os turistas passeiam em jipes para ver os animais, agora, há políticos, atores e jovens que, para dar uma impressão de que têm bom coração, também fazem um tour para ver as mulheres congolezas vítimas de violação e tirar fotos com elas. O estupro com violência extrema tem sido usado de uma forma sistemática não apenas para destruir a mulher, mas também para afetar e humilhar dramaticamente famílias e comunidades. Essa arma de guerra impede que se alcance uma paz duradoura na República Democrática do Congo (MUKWEGE, Denis, 2014).

A psiquiatra Audrey Magis, da ONG Médico sem Fronteiras, diz que, devido aos tantos casos de estupro, a ocorrência de *stress* pós-traumático, a exemplo da histeria<sup>58</sup>, passa a ser cada vez mais recorrente. A médica relata que a organização faz inúmeras campanhas, incentivando que as mulheres violentadas procurem atendimento médico para evitar doenças sexualmente transmissíveis, em especial a AIDS. Ela diz que atualmente as congolezas começaram a procurar com mais frequência os médicos, mas com o intento de resolver questões práticas e pontuais, como quanto tempo elas devem parar de fazer sexo com os seus respectivos maridos para que não precisem contar aos mesmos que foram estupradas. Aparentemente, a violência que sofrem em si parece não ter mais impacto. O estupro passou a fazer parte de suas rotinas, assim como acordar com os próprios gritos, encharcadas de suor, no meio da noite.

Percebe-se que os abusos sexuais não são apenas responsáveis por causar fistulas na vagina e no reto, são ainda capazes de dissolver a harmonia e o tecido social de uma comunidade, à medida que a mulher violada passa a ser rejeitada pelos integrantes da família, e a família, por sua vez, passa a ser preterida pela vizinhança gerando um clima geral de mal-estar e de desprezo. (DONADIO, 2013, p. 29).

---

<sup>56</sup> O relato original está disponível em <https://www.hrw.org/news/2014/06/10/democratic-republic-congo-ending-impunity-sexual-violence>

<sup>57</sup> O ginecologista Denis Mukwege ao receber nesta quarta-feira o prêmio Sakharov à liberdade de consciência, concedido pelo Parlamento Europeu.

<sup>58</sup> Audrey Magis explica que a histeria é um tipo complexo de neurose pós-traumática, já quase não vista mais o Ocidente, causada por um problema emocional que se converte em sintomas físicos como dores e até mesmo paralisia, perda da visão, da audição e da fala. Muitas vezes a histeria dá a impressão de ser uma simulação, quando na verdade não é.

As pressões da família e da comunidade sobre as mulheres congoleesas torna desconfortável para muitas delas falar de suas próprias experiências sem serem estigmatizadas. Em um país que viola uma série de Direitos Humanos como a RDC, onde as mulheres necessitam lutar diariamente por direitos básicos como alimentação, abrigo e estudo, elas não encontram espaço ou coragem para partilhar as suas histórias com o público.

Ademais, Palermo<sup>59</sup> (2012) advoga que o estigma, a vergonha e a humilhação, que estão diretamente relacionados com a violação, faz com que seja muito complicado para as mulheres falarem de suas experiências sem serem condenadas ao ostracismo por suas comunidades, sendo muitas vezes obrigadas a suprimir suas memórias pessoais de abusos sofridos para serem aceitas pelo seu povo.<sup>60</sup> (PALERMO, 2012). Para isto elas interiorizam e naturalizam os roteiros culturais de papéis de gênero ou acabam optando pelo silêncio como uma estratégia de sobrevivência negociada<sup>61</sup>.

Lara Stemple<sup>62</sup> (2012) explica ainda que a violência sexual é uma técnica que possui uma eficiência invejável, uma vez que traumatiza, humilha e envergonha a vítima e a comunidade. As violações sexuais conseguem ser tão perversas que mesmo a mulher sendo o sujeito passivo do ato de violência, muitas vezes acaba preferindo silenciar para que a comunidade não coloque em xeque a sua honra, a sua dignidade e, acima de tudo, o seu valor. A vítima sente vergonha e às vezes até mesmo culpa<sup>63</sup> pelo crime cometido por outrem, uma vez que estão inseridas em um contexto de gênero que imputam a ela um dever ser pautado na castidade, na virgindade e na vulnerabilidade intrínsecas a condição de ser mulher.

Investigações internacionais concluem que os ataques sexuais que ocorrem

---

<sup>59</sup> É professora assistente no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade Stony Brook (SUNY). Possui Ph.D. em Políticas Públicas pela Universidade de Carolina do Norte em Chapel Hill. Sua pesquisa sobre a violência de gênero tem aparecido em revistas e jornais e vem sendo coberta também pela mídia especializada.

<sup>60</sup> *“Survivors tend to underreport their experiences of sexualized violence due to stigma, shame, fear of disclosure to family members and the community, the threat of violent retaliation by perpetrators or abuse by intimate partners, and lack of confidence in the justice system. This means that any estimates obtained from police reports or other entities such as United Nations missions, or studies summarize the number of survivors that seek care at health care facilities for sexualized violence-related injuries (or NGOs and other social services for psychosocial support), will be low estimates of the true prevalence of sexualized in any conflict”* (PALERMO, 2012)

<sup>61</sup> Entende-se aqui por sobrevivência negociada uma manobra utilizada pelas mulheres para sobreviver e ser aceita dentro dos constructos patriarcais de sua família, de sua comunidade e de seu Estado.

<sup>62</sup> Diretora do Programa de Saúde e Direitos Humanos da Universidade de Califórnia.

<sup>63</sup> Muitas vezes se uma mulher é estuprada ela acaba sendo vista como culpada por haver concorrido com o crime, estando no lugar onde não deveria estar ou usando uma roupa muito provocativa, por exemplo.

rotineiramente na RDC não são cometidos apenas pelas milícias, mas também pelas forças oficiais e por civis<sup>64</sup>. Como as mulheres se encontram sempiternamente sendo abusadas sexualmente, e se sentem negligenciadas e desprotegidas pelo Estado, acabam enxergando estas violações como habituais. Isto vai desencadear em uma via de mão dupla, à medida que se torna natural tanto para a mulher sofrer/ver alguém sofrer abusos cotidianamente, quanto para o estuprador cometer tal transgressão. Nasce o perigo da naturalização de um discurso de banalização de atrocidades, com uma violência cultural intrínseca à comunidade.

A Organização Humanitária Médicos Sem Fronteiras (MSF)<sup>65</sup> destacou a situação caótica das mulheres na RDC<sup>66</sup> dentro de um Estado que lhes nega Direitos Humanos<sup>67</sup> basilares, como o acesso à saúde, educação e comida, e onde muitas são constantemente perseguidas unicamente por uma questão de gênero. Tudo isto faz com que elas se tornem ainda mais vulneráveis a doenças que são muito facilmente tratadas nos dias hodiernos, como: malária, desnutrição, infecção e complicações obstétricas; além de muitas outras chegarem aos hospitais com contaminação pelo vírus do HIV e suspeitas de gravidez após o estupro. Audrey Magis (2013) psiquiatra da ONG Médicos Sem Fronteiras diz que faz parte da rotina das mulheres serem violadas e que a violência e os abusos a quais foram submetidas parecem não gerar mais impacto.

Na RDC, em razão de questões religiosas, o aborto é considerado ilegal e muitas mulheres morrem na tentativa de fazê-lo. Os filhos não-abortados que são gerados desses estupros são o subproduto da condição desumana da mulher, sendo resignados a uma posição que lhes é naturalmente subalterna: são a materialização do tormento que estas mulheres sofreram. Quando nasce essa criança<sup>68</sup> se depara, quase que instantaneamente,

---

<sup>64</sup> De acordo com um estudo de campo feito por Dolan (2009), as mulheres não sofrem apenas violência por militares e grupos guerrilheiros, mas também no âmbito doméstico. Dolan, C. *War is not yet over—Community perceptions of sexual violence and its underpinnings in Eastern DRC*. 2010.

<sup>65</sup> **Médicos Sem Fronteiras (MSF) é uma organização humanitária internacional independente e comprometida em levar ajuda às pessoas que mais precisam sem discriminação de raça, religião ou convicções políticas.** <<http://www.msf.org.br/>>

<sup>66</sup> Alguns relatos podem ser encontrados em **DIGNIDADE da Giangiacomo Feltrinelli Editore (2011)**, que consta com nove escritos de pessoas que vivenciaram situações-limite dentro do trabalho da Organização Médicos Sem Fronteiras, inclusive na República Democrática do Congo.

<sup>67</sup> Os direitos humanos são nada além do que os direitos básicos concernentes a todas as pessoas pela única condição de ser humano. Trata-se, na verdade, do direito à liberdade, dignidade, identidade, cultura, igualdade de direito, língua, autodeterminação política. O direito a não serem discriminados, não serem submetidos a torturas nem a tratamento desumano ou degradante. O direito à saúde, educação, respeito, moradia e ao desenvolvimento econômico e social.

<sup>68</sup> O filho do ato sexual passa a ser compreendido como um abjeto, como um ser oriundo de uma relação de contraposição, entre aquilo que é considerado normal e patológico. (DIKEN, 2005).

com dois problemas: remonta na mãe a figura traumática do estuprador e são categorizadas pela comunidade como *interanhamwe*<sup>69</sup> sendo entendida por esta como inimiga, em detrimento do componente étnico do conflito congolês. Por esta razão, muitas dessas crianças são, por vezes, abandonadas, excluídas e até mesmo assassinadas.

A realidade sombria dos abusos sexuais sofridos por muitas mulheres congolezas não se coíbe nas humilhações sofridas ou nos traumas psicológicos e físicos vivenciados. Esta realidade alastra-se para as crianças oriundas deste ato nefasto. São inúmeras as crianças que nascem hoje na RDC sendo repudiadas pela mãe, ignoradas pelo pai e ainda rechaçadas pela comunidade.

### 2.3 Desenhando o cenário atual

Desde o início dos anos noventa a RDC se tornou palco de conflitos armados e guerras que provocaram gradativamente o esfacelamento da economia e a desestabilização do país. Os maiores prejudicados com a condição caótica do Estado vem sendo a própria população congoleza, em especial as crianças e mulheres, tendo em vista que estes são grupos muito mais vulneráveis e que, por isso, requerem um maior cuidado. Desenhou-se na RDC um cenário de relações desiguais de gênero e um quadro de violência estrutural generalizado (LWAMBO, 2011, p.6-7).

Embora os acordos de paz tenham sido selados em 2003, acabando formalmente com os conflitos armados, e que o país tenha gozado de eleições gerais para a presidência três anos depois (em 2006), a insegurança acabou crescendo na região leste do país – nas regiões de Maniema, Província Oriental, Kivu do Sul e Kivu do Norte – a partir do ano de 2007. Esta região é mais conflituosa em razão de suas fronteiras com países que possuem relações historicamente problemáticas com a RDC, a exemplo da: Ruanda, Uganda e do Burundi (BAZZ, STERN, 2009, p.3)<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> Etimologicamente o termo *inter (em 2006)anhamwe* significa “aqueles que estão juntos” ou “aqueles que lutam juntos”. Remete-se a uma organização paramilitar formada por um grupo étnico de jovens hutus que levaram a cabo os atos conhecidos como o genocídio de Ruanda contra os tutsis em 1994. Depois do genocídio de Ruanda de 1994, muitos *interanhamwe* fugiram para países vizinhos, especialmente para a República Democrática do Congo.

<sup>70</sup> Grupos como: os Mai-Mai, a Força Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR) e o Movimento 23 de Março (MR23) continuaram ativos na região leste da RDC. Além disso, as Forças Armadas da RDC (FARDC) são responsáveis pelos altos índices de violência, especialmente contra a mulher e mantém suas ações contra *banyamulenges* na fronteira ruandesa (NRC/IDMC, 2014).

**Figura 8:** Mapa político da República Democrática do Congo



Fonte: <http://espanol.mapsofworld.com/continentes/afrika/mapa-de-la-republica-democratica-del-congo.html>

A maioria dos relatos de violência sexual na RDC está relacionada aos incidentes que ocorrem como parte do conflito armado em curso no país, em sua maioria estão concentrados nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul, na fronteira com Ruanda; no entanto, houve também uma importante desestabilização em províncias vizinhas, incluindo Maniema e Katanga (PETERMAN, PALERMO, BREDEKAMP, 2011).

Em relatos coletados de um documentário de rádio intitulado *An Unspeakable Act* constatou-se que a maioria dos estupros na RDC são de caráter coletivo e, curiosamente, aqueles que cometem tais transgressões não se consideram individualmente responsáveis pelas suas atitudes, ou seja, se eximem de culpas. Inclusive, é válido salientar que muitos dos violadores não demonstram sequer problema em descrever os ataques e muitas vezes sentem orgulho de poder fazer parte de grupos que são capazes de cometer tais tipos de atrocidades. (PETERMAN, PALERMO, BREDENKAMP, 2011).

É importante explicar aqui que apesar da alegada gravidade da violência contra as mulheres na RDC e a atenção que ela recebe na imprensa popular, poucas pesquisas fornecem estimativas baseadas em dados reais da magnitude ou a natureza do problema. Não existem estimativas de estupro e violência sexual na RDC totalmente confiáveis e representativas a nível nacional que elucidem o quadro real local. Existe um grande número de limitações e deficiências na coleta de dados, análise e interpretação destes. Isto leva a uma situação em que números se tornam, por vezes, controversos, sendo considerados por alguns como subnotificações e por outros como superestimados. Em decorrência disso, a maioria dos dados relacionados à violência sexual incluem o aviso legal de que a "real magnitude da violência é desconhecida" (DOUMA, HILHORST, 2012, p.27).

Isso ocorre porque existe uma variedade de Organizações e Institutos Estaduais que recolhem e publicam os seus próprios dados. E, em sua maioria, estes são relutantes em compartilhá-los devido à concorrência organizacional, ou seja, elas temem que outra Organização aborde a vítima para torná-la seu cliente. Além disso, muitas ONGs exageram deliberadamente os seus números para angariarem fundos, à medida que recebem mais financiamento quanto mais drástico for o cenário. Por fim, muitas vítimas de violência sexual ainda se registram em mais de uma Organização para aumentar a sua chance de ser assistida. (DOUMA, HILHORST, 2012, p.28-29).

Além de faltar capacidade para gerar números confiáveis baseados em abordagens estatísticas bem desenvolvidas, existe também a ausência de um financiamento para supervisionar adequadamente as visitas de campo de coleta de dados, onde as equipes vão, supostamente, para verificar dados e fazer o cruzamento dos números fornecidos por estruturas médicas e Organizações Não Governamentais, por exemplo. Outro problema diz respeito às reivindicações geográficas das estatísticas. Devido à inacessibilidade da maioria dos lugares, os números geralmente são extraídos de uma área geográfica

limitada, mas são muitas vezes “extrapolados” para a população toda da província. Tudo isto põe em dúvida a confiabilidade dos dados. (DOUMA, HILHORST, 2012, p.28-29).

Mesmo não sendo capazes de representar uma amostragem fidedigna da realidade congoleza, estes dados são rotineiramente utilizados por muitas Organizações para aumentar a conscientização das pessoas, elaborar projetos, captar recursos e informar sobre os resultados de suas intervenções. (DOUMA, HILHORST, 2012, p.27-29).

Para termos uma dimensão do quanto a questão das violações das mulheres é muitas vezes menosprezada na região, o primeiro esforço para coleta de dados, referente ao estupro de mulheres, por parte do governo federal foi feito em 2007 com a colaboração dos Ministérios do Planejamento e da Saúde. (PETERMAN, PALERMO, BREDENKAMP, 2011, p.1062).

Pode-se perceber que na RDC os dados são facilmente manipulados. Contudo, para direcionar o trabalho e conseguir dimensionar o problema do objeto de estudo em questão – as mulheres vítimas de violações sexuais na RDC – fazia-se necessário recorrer a estes. Optamos por utilizar o trabalho elaborado pelos PHDs: Amber Peterman, Tia Palermo e Caryn Bredenkamp, que publicaram os seus resultados na *American Journal of Public Health* no ano de 2011, que teve, posteriormente, bastante circulação. O trabalho buscava fornecer estimativas baseadas em dados da violência sexual na República Democrática do Congo (RDC) e descrever os fatores de risco desse tipo de violência. Eles utilizaram dados de pesquisas domiciliares de 3.436 mulheres selecionadas para responder o módulo de violência doméstica que participaram do Inquérito Demográfico e de Saúde da RDC de 2007, juntamente com estimativas da população para estimar os níveis de violência sexual (PETERMAN, PALERMO, BREDENKAMP, 2011, p.1060).

Podemos auferir da pesquisa que, de acordo com o ministro da RDC para o Gênero, Família e Crianças, mais de 1 milhão de mulheres e meninas do país são vítimas de violência sexual. O Fundo de População das Nações Unidas observou ainda que 15.996 novos casos de violência sexual foram relatados na RDC em 2012 e que 65% das vítimas eram crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos, com 10% de todas as vítimas menores de 10 anos. A maioria dos relatos de violência sexual na RDC está relacionada aos incidentes que ocorrem como parte do conflito armado em curso no país, a maioria dos quais estando concentrada nas províncias orientais de Kivu do Norte e Kivu do Sul, na fronteira com Ruanda; no entanto, houve também uma importante desestabilização em províncias vizinhas, incluindo Maniema e Katanga (PALERMO, 2012; HIRSCH, WOLFE, 2012, p.1060-1061).

Como esperado, estimativas sérias elaboradas a partir de cálculos publicados na última década (2000-2010) são poucas (Tabela 1). Com algumas exceções, todos os estudos costumam focar em regiões geográficas limitadas da RDC. Daqueles focados em regiões específicas, as estimativas mais abrangentes vêm de relatórios de estupro registrados por Malteser International<sup>71</sup>, uma organização não governamental que desenvolve programas de apoio médico e social em Kivu do Sul. Os resultados indicam que cerca de 20.500 mulheres e meninas foram estupradas no período de dois anos entre janeiro de 2005 e dezembro de 2007. Ainda em Kivu do Sul, de 492 mulheres e meninas que sofreram violência sexual, quase 80% dos casos foram estupros em grupo, e 12,4% envolveram a inserção de objetos na sua genitália (PETERMAN, PALERMO, BREDEKAMP, 2011, p. 1062).

Para agravar ainda mais a situação do país, as autoridades da RDC, em esfera nacional e provincial, estão sempre atacando Organizações que coletam estes tipos de dados e as pessoas que as criam, à medida que personalizam o conflito. Os defensores dos Direitos Humanos na RDC enfrentam muitos desafios. Por exemplo, em julho de 2009, o Ministro da Mídia e Comunicação e porta-voz do governo, Lambert Mende, acusou as ONGs nacionais de Direitos Humanos de tentarem desestabilizar um governo que fora democraticamente eleito (AMNESTY INTERNATIONAL, 2010).

Ademais, o sistema de justiça criminal na RDC é marcado por interferências políticas, corrupção e instabilidade. Muitos policiais do Estado, por exemplo, não conseguem ser nem profissionais, tampouco imparciais, à medida que nem sempre agem em conformidade com a lei. Os funcionários do Estado cometem violações aos direitos humanos basilares com impunidade quase que total. A Agência Nacional de Inteligência (ANR), órgão este que é diretamente controlado pelo presidente do país, é frequentemente acusada de abusos contra defensores dos direitos humanos. Muitos casos das prisões efetuadas pela ANR, por exemplo, são em desfavor dos defensores dos Direitos Humanos e das pessoas que fazem oposição política ao governo. Em muitos casos, a ANR nega a estas pessoas acesso, inclusive, a advogados. A Anistia Internacional continua recebendo uma série de relatórios regulares de tortura e outros maus tratos nos centros de detenção da ANR (AMNESTY INTERNATIONAL, 2010).

Neste terceiro capítulo conseguimos concluir que na RDC são muitos os interesses que estão em jogo. O governo se exime da responsabilidade de possuir estatísticas sérias,

---

<sup>71</sup> <http://www.malteser-international.org/>

correspondentes à realidade do país; muitas ONGs disputam entre si por recursos humanos e financeiro, derivando dessa postura dados manipulados e pouco confiáveis; os líderes que estão à frente dessas Organizações não são bem vistos pelo governo central porque são vistas por ele como unidades desestabilizadoras, em decorrência disto, muitos líderes de comunidades locais são perseguidos; e assim sucessivamente. No fim, os interesses das mulheres acabam permanecendo relegados ao plano de fundo.

### 3 O TORNAR-SE MULHER

“ O trabalho de pensar sua própria história pode liberar o pensamento daquilo que se pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente. ” (Foucault, 2009, p. 15)

#### 3.1 Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres: um compromisso para a Ação

Muitas das mulheres congoleesas vivem oprimidas, carregando consigo uma marca de deformação social, de exclusão e de apatia. Muitas dessas mulheres têm seus sonhos frustrados, seus valores banidos e acabam crescendo ignorantes de seus próprios direitos, vivendo à margem de uma sociedade que as diminui, marginaliza, exclui e oprime.

Entrementes, algumas congoleesas preferem romper com o enclausuramento, à medida que passam a enxergar a si próprias não somente como vítimas de um sistema que as inferioriza e maltrata, mas como sobreviventes engenhosas do cenário belicoso que acabou por se instaurar na RDC. Elas comungam do pensamento de Paulo Freire (1979) ao entenderem que a realidade é sempre passível de transformação.

A realidade não se apresenta previamente estabelecida à pessoa humana enquanto construtora e constituinte da realidade, mas é sempre passível de transformação. Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico (FREIRE, 1979, p. 16).

Estas mulheres não estão dispostas a aceitar uma realidade desumana e opressora como condição para o seu existir. Elas reconhecem a si mesmas enquanto sujeitos que elaboram o mundo e que são responsáveis pelas suas próprias histórias. A antropologia sugere que a “práxis”, se humana e humanizadora, é a “prática da liberdade” (FREIRE, 2014, p.23).

Para estas destemidas mulheres a violência sexual que se desenhou no país tem sido um gatilho deveras importante para o ativismo e mobilização política. Elas estão em busca do que a literatura convencionou chamar de paz positiva.

Galtung (1995) diz que a paz é a negação ou a redução de todo tipo de violência. A partir disso ele desenvolve dois conceitos sobre a paz: paz negativa e paz positiva<sup>72</sup>. O primeiro remete a mera ideia de ausência de guerra, ou seja, inexistência de

---

<sup>72</sup> “With the distinction between personal and structural violence as basic, violence becomes two-sided, and so does peace conceived of as the absence of violence. An extended concept of violence leads to an extended concept of peace. Just as a coin has two sides, one side alone being only one aspect of coin,

violência física, porém isto não elimina a predisposição para que agressões possam ocorrer, uma vez que a ameaça de conflito continua latente. Um exemplo simplório sobre o que é paz negativa são os exemplos que a História nos presentearia de acordos de cessar-fogo, onde a violência estrutural da sociedade permanecia intacta, uma vez que não se falava de acabar a guerra em definitivo, mas de suspendê-la considerando a sua inviabilidade momentânea. (GALTUNG, 1964, p.2).

O pacifista leciona que para a segurança ser, de fato, durável ela precisa ser equiparada a uma paz estável ou positiva. A paz positiva vai implicar exatamente na redução das condições que vão ser responsáveis por impedir que o indivíduo desenvolva suas capacidades, tais como: a pobreza, a desigualdade social, as injustiças, os regimes autoritários, dentre outros (GALTUNG, 1964, p.2). A paz positiva existe quando se alcança um estado em que não somente a violência física foi superada, como também a violência cultural e estrutural, alavancando a promoção da justiça social, a ajuda mútua, a educação e a integração dos indivíduos. (RAMOS, 2012, p.27).

Para Galtung, a paz positiva não é apenas uma forma de prevenir a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, que seja capaz de satisfazer as necessidades humanas básicas. Ainda segundo o autor

Há uma avalanche de propostas que dizem respeito à paz positiva, no que tange à integração humana. A extensão é bem conhecida: desde esforços para mudar as "mentes dos homens", suas ideias sobre outros grupos, contato melhorado através do intercâmbio, compreensão melhorada através de estudos, as próprias pesquisas de paz, análises semânticas, comunicação melhorada - especialmente por meio de notícias - mudanças na ordem econômica da sociedade, passando pela cooperação funcional entre grupos ou nações por meio da cooperação técnica e cultural ou políticas de comércio, até a fusão institucional com burocracias superordenadas, forças policiais, tribunais e governos até que o estado mundial é atingido (GALTUNG, 1964, tradução nossa p.3) <sup>73</sup>

Destarte, Galtung define a paz (positiva) enquanto a ausência/ redução de todas as tipologias de violência, através da transformação não violenta e criativa dos conflitos. Para que existam mudanças é necessário (re) construir atitudes e crenças, aplicando

---

peace also has two sides: absence of personal violence and absence of structural violence. We shall refer to them as negative peace and positive peace respectively" (GALTUNG, 1989, p. 13).

<sup>73</sup> Citação original: "There is an avalanche of proposals concerning positive peace, concerning human integration. The range is well-known: from efforts to change the 'minds of men', change their ideas about other groups, improved contact through exchange, improved understanding through studies, peace research itself, semantic analyses, improved communication - especially news communication - changes in the economic order of society, and so on to functional cooperation between groups or nations through technical and cultural cooperation or trade policies, to institutional fusion with superordinate bureaucracies, police forces, courts and governments till the world state is reached (GALTUNG, 1964, p.3).

engenhosidade para resolver as contradições presentes no dia-a-dia da melhor maneira. (RAMOS, 2012, p.27)

Nota-se, portanto, que estas mulheres buscam a paz positiva a partir do momento que lutam veementemente pela sua desocultação, objetivando algo que tenha resultados práticos e fomenta nelas a esperança de uma vida melhor, considerando especialmente os seus próprios desejos e necessidades de renovação: a busca pela paz positiva. Elas fazem eco ao que Kafka uma vez dissera “mesmo no caso da esperança ser muito pequena, não tenho o direito de não usar as minhas possibilidades”.

Muitas ONGS na RDC, a exemplo da COPERMA, funcionam como uma maneira que algumas pessoas encontraram de se aproximar e compreender a comunidade, usando compaixão e uma abordagem mais sensível. Muitas vezes não consiste no desenvolvimento de uma atividade filantrópica, mas sim de suporte e empoderamento das mulheres que vem sendo violadas e tendo suas vidas arrancadas delas. E a estratégia utilizada para ganhar o suporte dos grupos locais é fazer com que estas mulheres percebam o quanto o seu papel é fundamental para mudar o rumo das histórias de suas vidas. É fazer com que elas percebam que o silenciamento e a naturalização destas atrocidades é assaz prejudicial.

Fernando Moraes (2015) faz uso da palavra “renovo” para designar tudo aquilo que traz liberdade, esperança e movimenta o desejo de se fazer algo importante pelas pessoas que sofrem com as muitas injustiças presentes em uma sociedade sectária. Para o autor

Faz-se necessário renovar para despertar, renovar para libertar, renovar para dar ao outro dignidade e respeito, autonomia em suas escolhas. É preciso renovar o estado de Pertencimento, capaz de oferecer aos fragilizados dentro da sociedade condições de estar nas redes de conhecimento para protagonizar as mudanças não apenas em suas vidas, mas para ser responsáveis também pelo mundo que os cerca, na plenitude de sua humanidade (MORAES, 2015).

As crises econômicas, políticas e sociais que permearam as últimas décadas inspiraram a população local, especialmente estas mulheres, a mobilizar-se com o intento de renovar e substituir a ausência e falhas de um Estado omissivo em determinados setores como: saúde, educação, violência e infraestrutura. Atualmente o país concentra um dos maiores números de organizações de mulheres de todos os países africanos. Existem muitas pessoas que estão empenhadas em utilizar as suas habilidades para mudar a sociedade congoleza, mobilizando cada vez mais ativistas locais. (GODIN, CHIDEKA, 2010).

Um notável exemplo é a criação da *Congolese Women's Caucusque*, que reuniu um grupo de representantes das mulheres durante o Diálogo inter-congolês, que ocorreu em 2002 e tinha o objetivo de elaborar uma declaração oficial e criar um plano de ação que pudesse contribuir para a implementação da Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1325<sup>74</sup>. O seu trabalho contribuiu para aumentar a consciência do importante papel que as mulheres congoleesas poderiam desempenhar em prol da sociedade e ajudou também a encorajar muitas mulheres a se mobilizar. Algumas organizações refletem o compromisso das mulheres congoleesas em trabalhar para melhorar as suas próprias / condições de vida. Alguns exemplos destas organizações são: a CAFCO (*Cadre de concertação de la femme congolaise*), a COPERMA (*Farmers' and Breeders' Community in the Cold Region*), o CONAFED (*Comité des femmes nationales pour le développement*), o CDF (*Women's Development Centre*), o FIREFEC (*Forum des femmes Congolaises Interrégional*), a CPPS (*Caravane Pour la Paix et la Solidarité*) e a *Caucus de Femmes* (RDC-Bukavu). (AMNESTY INTERNATIONAL, 2010).

Estas organizações são compostas essencialmente por mulheres da República Democrática do Congo, que visam melhorar as suas condições social, política e econômica e facultar a estas mulheres o protagonismo de suas próprias vidas, permitindo que elas possam ser as personagens principais daquilo que as envolve.

Percebemos aqui, o quanto é importante para a garantia da Segurança Humana<sup>75</sup> uma abordagem de baixo para cima (*bottom-up approach*), tendo em vista que é condição *sine qua non* que as pessoas que vivem em local de conflito e que são parte do conflito, envolvam-se nas estratégias que serão capazes de prover segurança humana, visto que são essas pessoas – essas mulheres – que devem resolver os problemas condizentes a sua própria pessoa. Diz-se que *outsiders* podem ajudar, entretanto somente quando eles conseguem entender bem o que é necessário, caso contrário é bem provável que estes só piores o cenário. (KALDOR, BEEBE, 2010, p.9). Quando você sofre com determinado problema, ninguém melhor do que você mesmo para entendê-lo e tratá-lo.

---

<sup>74</sup> A Resolução 1325 trata discorre sobre mulheres, paz e segurança. Ela exige a participação das mulheres na construção da paz, proteção das violações dos direitos humanos e na promoção do acesso à justiça e aos serviços para enfrentar a discriminação.

<sup>75</sup> A Segurança Humana entende que para a maioria dos indivíduos a insegurança provém muito mais de preocupações oriundas do dia-a-dia de cada um, como as violências físicas e psicológicas que as mulheres congoleesas sofrem diariamente, do que da possibilidade de eclosão de um evento cataclísmico – a exemplo de uma guerra. Por exemplo, na RDC as mulheres temem diariamente que seus corpos sejam violados ao saírem de casa e, às vezes, até mesmo em suas próprias residências por seu próprio parceiro.

A ativista Julienne Lusenge diz que o trabalho que as ONGs fazem no campo é essencial uma vez que

Assegura que as vítimas de violência se tornem sobreviventes através da adoção de uma carga holística. Nós acabamos por ajudar estas mulheres a adquirir habilidades para o seu empoderamento econômico, político e social. Dessa maneira elas conseguem ser capazes de conhecer os seus direitos, e, eventualmente, facilitar a sua reintegração na comunidade, para participar no desenvolvimento como agentes de mudança, agentes de paz. Assim, elas recuperam a sua dignidade. As mulheres devem ser ativamente incluídas em todos os níveis de tomada de decisões e dos processos de paz (LAUSENGE, 2015)<sup>76</sup>.

Por fim, podemos dizer que tais organizações possuem o intento de apoiar e aumentar a consciência das mulheres congolezas que são vítimas de violência sexual e de outras formas de discriminação, ao mesmo tempo que reconhecem tais mulheres como agente de mudança e transformação nos movimentos de paz, uma vez que podem auxiliar na recuperação de suas comunidades no pós-conflito e construir laços sociais entre estas mulheres que perpassem fronteiras. (AMNESTY INTERNATIONAL, 2010).

### 3.2 Farmers' and Breeders' Community in the Cold Region - COPERMA

A agricultora Marie Syauswa Nzoli, também conhecida internacionalmente por “Maman Nzoli”, é uma das co-fundadoras da ONG COPERMA (Farmers' and Breeders' Community in the Cold Region) localizada na província de Kivu do Norte, na cidade de Butembo, pela qual já passaram mais de duzentas mil mulheres, em sua maioria vítimas de estupro e de outros abusos sexuais na RDC. Objetivando a desocultação do sofrimento destas mulheres Marie Nzoli faz denúncias vorazes sobre o massacre de meninas e mulheres congolezas que ocorre na sua terra natal.

A primeira vez que ouvi falar da Marie Nzoli foi no Fórum “Mulheres Reais que Inspiram”. Posteriormente, li uma matéria da jornalista e escritora Eliane Brum intitulada “Todo dia é dia de estupro” que também fora feita com ela, na qual Marie dividia com a jornalista experiências do seu passado. Nos dois contatos em que pude ter a oportunidade de ler ou escutar algo sobre ela, eu consegui perceber muita verdade em sua fala e, mais que isso, muita paixão e dedicação pelos seus projetos. Eu vi meu olho brilhar em todas

---

<sup>76</sup> Cito original: “*Sur le terrain, nous faisons en sorte que les victimes deviennent des survivantes, à travers la prise en charge holistique. Nous aidons les femmes à acquérir des compétences pour l'autonomisation économique, politique et sociale, à connaître leurs droits, et nous par la suite nous facilitons leur réintégration dans leur communauté pour qu'elles participent au développement en tant que agents de changement. Ainsi, elles retrouvent leur dignité*” (LAUSENGE, 2015).

as palavras dela, no seu empenho e na sua luta por ajudar outras mulheres congolesas, que assim como ela experimentaram/experimentam situações de violação e dominação. Eu vi nela uma mulher corajosa e destemida, que não teve medo de atravessar o oceano para contar a sua história para muitas brasileiras e brasileiros desconhecidos e pedir ajuda para o seu povo.

A mulher da província de Kivu do Norte, negra, pobre, de 49 anos, mãe de três filhos, e que nunca teve a oportunidade de estudar, foi uma mulher – real – que me inspirou e que deve inspirar também várias outras mulheres na RDC. Foi assim, que decidi que eu não poderia guardar essa experiência somente para mim, eu precisava compartilhá-la, porque, de repente, ela seria capaz de encantar outras pessoas da mesma maneira que fez comigo. Foi assim que surgiu a ideia da pesquisa e que eu decidi que contaria a história dela e da sua luta no meu TCC.

Mas, para escrever sobre ela, eu precisava de uma coisa essencial: falar com ela. Como os problemas transfronteiriços já tinham sido vencidos no século passado e a maioria das pessoas encontram-se, hoje em dia, conectadas, eu decidi procurar o e-mail dela e escrever para ela. Neste e-mail eu me apresentei enquanto estudante do Curso de Relações Internacionais e disse que queria entender mais sobre o que era a COPERMA e sobre o trabalho que eles desenvolviam na comunidade, porque eu queria muito escrever sobre a situação das mulheres da RDC no meu último trabalho para a faculdade.

Eu escrevi sem muita esperança de obter resposta, achando que teria que basear meus estudos em artigos e livros, contudo, para a minha surpresa, ela me respondeu gentilmente o e-mail e depois trocamos alguns outros. A cada e-mail eu fui me percebendo cada vez mais íntima dela, e se esse trabalho hoje existe é devido ao empenho e dedicação dela, que partilhou comigo sua visão de mundo, passando por cima, inclusive, de memórias que eu sei que são dolorosas. Marie foi essencial para esclarecer dúvidas pontuais e ela me fez entender melhor o problema da violência de gênero sobre a perspectiva das mulheres congolesas. No fim, foram oito e-mails entre escritos e recebidos, que me fizeram ter planos de querer ir para a RDC conhecer a realidade de perto e contribuir de alguma maneira para melhorar a vida delas. Conversei com ela sobre a possibilidade de publicar as informações que ela me passava, inclusive as mais pessoais, e ela disse que não seria um problema. Foi assim, que esse trabalho nasceu.

Em face disso, neste tópico busco fazer um relato sobre o conteúdo dos *e-mails* que troquei com a Marie, dando voz à ativista a medida que ela relata o que é a COPERMA, como as mulheres da COPERMA enxergam o problema do estupro na RDC,

o que este transtorno desencadeia e quais são os trabalhos que estão sendo desenvolvidos em conjunto com a comunidade para empoderar as mulheres congoleesas e transformar o cenário atual.

Primeiramente, Marie me contou um pouco da história da ONG. Ela explicou que a COPERMA é uma organização rural, de cunho social e humanitário, que foi criada em 23 de fevereiro de 1983 por 18 camponesas - uma dessas mulheres era ela mesmo - que estavam empenhadas em apoiar - fisicamente e psicologicamente - as mulheres mais vulneráveis na província de Kivu do Norte, na RDC. Todas essas mulheres tinham passado por alguma situação degradante de violação, mas elas resolveram não deixar suas vidas definharem por conta disso, pelo contrário, estavam decididas a fazer alguma coisa para ajudar a transformar o fenômeno da violência sexual e assegurar uma vida melhor e mais digna para a juventude.

Desde então, a COPERMA vem trabalhando com mulheres e meninas que são vítimas de estupro, oferecendo a elas assistência jurídica, econômica, psíquica, médica e social. Marie conta que atualmente a organização conta com 7.865 membros, sendo todas elas mulheres. As integrantes dividem-se em 524 grupos que estão espalhadas em diferentes aldeias como: Kavingu, Butungera, Kahondo, Butondi, Kisunga, Mihake, Kitwa-Muke, Bulambo, Isale e Mumole.

Conforme conta Marie a COPERMA trabalha: esclarecendo para as mulheres sobre os seus direitos e os das crianças, incentivando mulheres a denunciarem os homens que as violentaram, proporcionando um tratamento psicossocial das vítimas de estupro, conscientizando as mulheres sobre a AIDS/HIV e, sobretudo, construindo na comunidade uma cultura de solidariedade e paz.

Ela explica que o trabalho que a ONG se dispõe a fazer pelas muitas vítimas de violações só é possível graças aos esforços internacionais, nacionais e locais. Portanto, todo o sofrimento que é causado a estas mulheres é denunciado no cenário internacional convidando as Organizações Internacionais, ONGs e indivíduos a apoiar a causa e contribuir de alguma maneira. Ela conta que o apoio financeiro é muito importante, porque somente desta maneira elas conseguem dinheiro suficiente para viabilizar os projetos que idealizaram.

A militante relata que na RDC o fenômeno do estupro amedronta mais do que o uso do que elas chamam de “armas brancas”, a exemplo de facas, facões, revólveres, etc. Ela diz que as violações se tornaram parte da rotina das congoleesas no início dos anos noventa, quando os militares congoleeses ocuparam principalmente a parte leste do país.

Até os dias vindouros, as mulheres, em sua totalidade, sendo estas casadas, jovens ou até mesmo crianças, continuam sendo massivamente vítimas de abusos sexuais. Ela diz que a sua primeira experiência sexual, por exemplo, foi através do estupro.

Marie explica que o estupro traz algumas consequências sérias: as mulheres violentadas são rejeitadas pela sua comunidade; aquelas que são casadas são expulsas de casa e abandonadas pelos seus respectivos maridos; aquelas que são mais jovens são rejeitadas pelos seus parentes, vizinhos e até mesmo namorados. Isso ocorre devido à importância dada à virgindade para o casamento e uma crença de que as mulheres que foram violadas trazem desfortuna para o lar. Outro problema sério que estas mulheres encontram são os danos causados aos seus órgãos sexuais que, em sua maioria, necessitam de um tratamento médico urgente e eficaz.

Marie me explicou que alguns grupos de mulheres são especialmente vulneráveis ao isolamento social, e por isso sofrem ainda mais quando são rejeitadas pelos seus familiares e pela sua comunidade. Aqui ela elenca dois grupos: as mulheres com teste positivo de HIV e as mulheres com crianças nascidas de estupro. A militante diz que ter uma criança de um estupro é um dos motivos que fazem os maridos rejeitarem as suas esposas. Marie disse que estas mulheres, mais do que qualquer outra, são repudiadas e se sentem completamente sem valor.

Marie conta que as narrativas das mulheres da COPERMA mostram que para elas o cenário ideal seria que os homens em resposta às violações as aceitassem dentro de suas casas e as ajudassem na busca por cuidados e tratamentos médicos. Ela diz que essa é a reclamação da maioria das mulheres: que os homens tenham complacência e compaixão com elas. Muitas vezes quando chegam elas não se queixam de terem sido estupradas, mas por não terem recebido suporte algum. Os homens, em contrapartida, dizem que ficar com uma mulher que foi estuprada os levam a sofrer uma humilhação pública, que pode muitas vezes passar por pressão familiar e da comunidade para abandonar as suas esposas.

Ela conta que uma vez rejeitadas por todos aqueles que supostamente deveriam ajudá-las neste momento de sofrimento e angústia, estas mulheres necessitam recorrer a algum meio de sobrevivência. Marie relata que na RDC a entrada no perverso mundo da prostituição está diretamente relacionada com as trágicas histórias de estupro, fenômeno este que traz consigo uma concepção de sexualidade patriarcal, que coloca mais uma vez os homens como sujeitos e as mulheres como objetos do mesmo, atestando os “papéis sexuais” de dominação masculina e submissão feminina.

Além disto, a prostituição está atrelada ao fato de aumentar ainda mais as chances destas mulheres serem infectadas por doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS, gonorreia, sífilis, clamídia, dentre outras, que recebem um tratamento evidentemente pífio no país<sup>77</sup>. Ademais, a prostituição acaba por gerar um ciclo vicioso de humilhações, violências sexuais, ameaças e muitas vezes acaba por colocar as mulheres em condições análogas à escravidão.

Marie elenca também um segundo ponto pertinente: as crianças que nascem de mães que outrora foram violentadas. A ativista diz que os observadores externos se perguntam que pai vai alimentar, cuidar, educar e até mesmo vestir estas crianças, uma vez que o governo congolês é incapaz de identificar os autores destes crimes, não podendo puni-los.

A resposta dada por Marie é que estas crianças são rejeitadas desde que nascem: pelas mães, pelos parentes, pelo pai e pelo próprio governo. Desde que nascem elas são consideradas “filhas do inimigo” e tem uma vida miserável sem assistência médica, social, econômica, jurídica e psicológica. E Nzoli enfatiza: são apenas crianças que são taxadas quando nascem e relegadas à própria sorte. É um cenário que vai se mostrando cada vez mais cruel. A não observância do direito das mulheres e das crianças é o que faz com que muitas mulheres queiram deixar o país e ir em busca de um futuro mais digno.

Marie explica que a maior causa da violência contra as mulheres é a tolerância e a falta de vontade política para resolver a situação. Ela diz que no seu país não existe Justiça para quem não tem dinheiro, que as autoridades são muitas vezes compradas e que as próprias eleições do país são fraudulentas<sup>78</sup>. Não tão somente, Marie fala que a polícia local desprotege as mulheres ao invés de resguardá-las e ampará-las, além disso a corrupção na polícia é dominante no Kivu do Norte<sup>79</sup>. Nzoli diz que o exército do governo são os responsáveis pelas maiores crueldades do país. Eles possuem um documento oficial assinado pelo presidente que resguarda a eles o direito de entrar a qualquer, independentemente do horário, nas casas das pessoas. E é um efeito cascata, porque a medida que governo aumenta sua presença no Estado, os grupos armados dos países

---

<sup>77</sup> Para saber mais sobre o Sistema de Saúde da República Democrática do Congo e os problemas existentes neste: <http://www.who.int/management/country/cod/drcstrategy2006.pdf>

<sup>78</sup> Segundo Marie os resultados das eleições do país demoram entre um e dois meses para serem divulgados.

<sup>79</sup> “*La police locale est très corrompu. La corruption est dominante au Nord - Kivu/ RDCongo*” (NZOLI, 2015).

vizinhos – especialmente em Ruanda e Uganda – acabam se fortalecendo e ficando mais violentos também.

Quando perguntada sobre os seus sonhos para ao futuro ela respondeu que o que mais queria era a formação de uma educação inovadora e libertadora em Kivu do Norte, focada em resultados práticos de empreendedorismo para o progresso pessoal das camponesas da região. Ela explicou que somente dessa forma elas serem capazes de ajudar as aldeias do país: salvando vidas, promovendo a dignidade humana e partilhando solidariedade.

“Maman Nzoli” diz que não se pode ter paz e desenvolvimento quando a violência, em todas as suas diferentes formas, vem sendo observada na RDC e vem afetando muitas pessoas na esfera física e psicológica.

É diante desta conjuntura de fragilidade que a COPERMA desdobra os seus objetivos principais:

- Dar suporte as crianças e mulheres que foram vítimas de estupro;
- Proteger as crianças das forças paramilitares e dos grupos armados;
- Dar proteção e abrigo aos órfãos advindos da guerra ou que foram abandonados pelos pais.

Além disto, é válido ressaltar que depois das numerosas atrocidades advindas da guerra sem fim que se instaurou na RDC e dos muitos casos de violações diárias, traumas estes que são muitas vezes ignorados pelo governo e pela sociedade civil, a COPERMA achou interessante iniciar também alguns tipos de atividades para ajudar estas mulheres. São eles: serviços de saúde, segurança, jurídico, econômico e também de cunho social, permitindo a reintegração destas mulheres na sociedade. Estes trabalhos que estão sendo desenvolvidos com as mulheres permitem que a Organização entenda melhor a identidade da vítima, à medida que cria um vínculo maior com a mesma e ela se sente mais confortável inclusive para relatar situações que são extremamente íntimas, possibilitando que o tratamento desta seja feito da maneira mais adequada.

Marie diz que a COPERMA lida ainda com questões preventivas de conscientização e responsabilização sobre a violência contra a mulher. A ONG tenta fazer com que estas mulheres não se percebam como objetos, não objetifiquem seus sentimentos e, principalmente, que elas não se sintam impotentes frente às violências sofridas diariamente. A COPERMA almeja que estas mulheres se percebam em sua integralidade e aos poucos compreendam que são peças fundamentais para desconstruir

o cenário de violência contra a mulher que vem se desenhando há anos no território congolês.

Marie explica, por fim, que a COPERMA trabalha também sensibilizando os homens sobre os direitos das mulheres; educando as camponesas e os camponeses da região para que sejam feitas denúncias, sem medo, contra os estupradores; tratando os traumas da maneira mais adequada dentro das limitações da Organização e dando suporte à reintegração e readaptação destas mulheres na sociedade. A ONG busca a construção de espaços onde as pessoas possam se expressar, se curar e se reconciliar, a partir do momento que compartilham suas histórias e aprendem umas com as outras.

### 3.3 O grito delas

Marie Nzoli explica que atualmente a COPERMA possui 12 centros de recuperação – formados majoritariamente por assistentes sociais e psicólogos – para atender mulheres vítimas de violências sexuais. Entretanto, a militante disse que esses centros não conseguem atender todas as mulheres violentadas que procuram a COPERMA. Na verdade, eles não conseguem atender nem a metade da demanda.

A agricultora disse que para fazer com que as mulheres procurem esses centros é necessário, primeiramente, fazer um trabalho de sensibilização dentro das aldeias, explicando para a comunidade que se algum dia alguma pessoa for vítima de abusos sexuais e se achar sozinha, sem ter a quem recorrer, podem buscar auxílio na COPERMA, que lá elas terão ajuda sem ser julgadas ou discriminadas. Em cada aldeia a ONG dispõe de ajudantes locais que são responsáveis muitas vezes por levar às vítimas aos centros e acompanhá-las durante e após o tratamento médico.

Na maioria das vezes em que sofrem abusos sexuais, essas mulheres chegam na ONG desacompanhadas. Assim que chegam essas mulheres quase não conseguem falar e não podemos forçá-las a dizer o que ocorreu, ela precisa falar quando se sentir confortável e preparada para dividir as suas memórias. A COPERMA oferece a elas uma cama para dormir e no outro dia os psicólogos utilizam uma técnica para descobrir se aconteceu alguma coisa mais grave com a vítima para que a COPERMA possa ajudá-la de forma mais eficiente. Normalmente, a vítima fala através de lágrimas e gestos e quando ela foi, realmente, violada ela não consegue olhar nos olhos da psicóloga. Ela está envergonhada demais para não desviar o olhar. Os profissionais da ONG precisam

acalmá-la e garantir que aquilo vai permanecer em segredo, caso contrário a agredida não vai querer receber a ajuda da Organização.

Quando eles percebem sinais claros que a vítima acabou de ser violada a equipe da COPERMA não pestaneja, ela faz os primeiros socorros na paciente e depois a leva para um hospital público. No hospital, elas recebem os medicamentos necessários e conta sempre com o apoio psicológico da pessoa da COPERMA que está lhe acompanhando. A vítima precisa saber que ela não está sozinha.

Depois desse primeiro momento a COPERMA tenta envolver estas mulheres nas outras atividades executadas pela ONG que envolvem cultivos de alimentos em terrenos comunitários, oficinas sobre igualdade de gênero e Justiça, rodas de diálogo onde as vítimas compartilham suas histórias e se ajudam mutuamente e cursos de empreendedorismo. Marie diz que o que a COPERMA intenta é trazer de volta a vontade de viver dessas mulheres e com isso fazer com que elas tenham garra para continuar a viver e buscar o seu lugar no mundo: no trabalho, na comunidade e na família.

Percebemos que ao rechaçar discursos deterministas e machistas, as atividades desenvolvidas pela COPERMA tinham um caráter humano- político-pedagógico-social e foram responsáveis por denunciar uma estrutura social que desumanizava as mulheres, fazendo com que estas refletissem acerca do cenário alienador e injusto ao qual estavam submetidas. A ONG conseguiu aguçar o senso crítico destas mulheres e gerar inquietações nelas mesmo. Muitas das mulheres que passaram um tempo na COPERMA entenderam que “existir humanamente é pronunciar o mundo, é modifica-lo” (FREIRE, 2005, p.90), porque estas mulheres não vão se fazer no silêncio, mas sim na ação-reflexão.

## Considerações Finais

A violência na RDC encarna um novo tipo de guerra que emerge no século XXI - aquela que ocorre mais nas aldeias do que em campos de batalha e que afeta mais civis inocentes do que combatentes armados. A violência sexual é uma das características deste conflito altamente destrutivo.

Este trabalho teve a intenção de ressaltar o quanto a violência contra a mulher que se instaurou no país – especialmente no leste da RDC – vem produzindo traumas físicos e emocionais profundos tanto a nível individual quanto grupal, e perturbando a coesão de muitas comunidades, especialmente dos indivíduos congolesees mais vulneráveis: as mulheres e as crianças.

É preciso ressaltar que na RDC a maioria das mulheres tem a sua segurança negada pelo seu próprio Estado, uma vez que as violações sexuais e a subordinação de gênero são compreendidas, dentro das abordagens feministas, como ameaças à segurança. E que isto gera certa angústia e certo inconformismo diante da realidade surreal que assola estas mulheres.

O trabalho identificou que a população feminina da RDC acaba sofrendo emudecida, basicamente sem apoio nenhum. A segurança destas mulheres acaba estando relacionada tanto à política nacional quanto à internacional. As mulheres experimentam, portanto, uma situação de feminicídio, que deve ser tratada com maior notoriedade e sensibilidade pela comunidade internacional. Fazem-se necessários mecanismos de proteção para estes crimes desumanos. Os violadores devem ser levados à justiça e as vítimas devem ser resguardadas através de ações judiciais.

E para que a comunidade internacional atue de maneira proativa com as mulheres vítimas de violência da RDC, é preciso que as mulheres congoleseas tenham voz e que o diálogo promova a tomada de consciência delas com relação aos problemas que precisam lidar cotidianamente. Para Habermas (1993), a razão não existe dentro do indivíduo isolado, ela requer o diálogo.

Intervenções militares como as missões de paz como as ocorridas com a MONUC e a MONUSCO, somente conseguem restaurar a paz em um primeiro momento, o que a literatura convencionou chamar de paz negativa. Se fosse feito o trabalho inverso, mapeando e reconhecendo as atividades que já são desenvolvidas dentro da comunidade e que refletem como esta gostaria de viver, poder-se-ia trabalhar concomitantemente com ela, utilizando-se destas práticas na estabilização e restauração do conflito. A própria

Marie Nzoli disse em uma entrevista realizada em 2012 pela Elaine Brum que: “A solução não está em enviar mais militares. Os capacetes azuis já estão lá e os problemas continuam. De soldados, já estamos fartos. Precisamos buscar novas saídas” (NZOLI, 2012).

No trabalho citamos o exemplo da COPERMA, uma ONG localizada na província de Kivu do Norte, onde mulheres de dentro da comunidade estão fazendo trabalhos terapêuticos com as pessoas vítimas de abusos sexuais, como um exemplo de instituição que acaba promovendo a paz positiva na região, a partir de um trabalho de recuperação e de empoderamento das mulheres congoleesas vítimas de violência sexual.

O trabalho identificou ainda que várias outras Organizações Não Governamentais dirigidas pela população congoleesa existem. Faz-se necessário procurar estas lideranças e conversar com elas. Defendemos que uma atuação conjunta das Organizações Internacionais com as lideranças locais consegue ser muito mais efetiva.

Por fim, a mensagem que o trabalho pretendeu deixar é que estas mulheres congoleesas precisam ser enxergadas como possíveis agentes transformadores do conflito e elas podem – e querem – ajudar na construção de um Estado de paz (*peacebuilding*). Para isso faz-se necessário que elas ganhem espaço e voz. E a voz delas precisa ganhar o mundo.

**Tabela 1:** Estudos fornecendo estimativas baseadas em dados sobre a Violência Sexual na RDC – 2000-2010

TABELA 1-Estudos fornecendo estimativas baseadas em dados sobre a Violência Sexual na República Democrática do Congo (RDC), 2000-2010					
Estudo	Período de tempo	Foco Geográfico	Fonte de dados/Metodologia	Tipos de Violência Sexual avaliadas	Resultados
Harvard Humanitarian Initiative	1991-2008 (época de ataque), 2004-2008 (apresentação no hospital)	Bukavu, Sud-Kivu	Estudo de coorte retrospectivo no Hospital Paraz; amostra de conveniência não sistemática usada para selecionar mulheres na medida em que elas se apresentavam ao programa para vítimas de violência sexual do hospital (outras 4.709 mulheres foram tratadas com cuidados pós-violência mas não foram entrevistadas)	Violência sexual em geral, agressão sexual, estupro em grupo, escravidão sexual	4.311 registros revisados; 52% das mulheres identificaram combatentes armados como perpetradores; número total de ataques diminuíram ao longo do período de estudo, mas número de violações civis aumentou 17 vezes (de 1% do total de relatórios em 2004 para 38% em 2008); 56% dos ataques ocorreram no lar da vítima, e o número médio de atacantes foi de 2,5
Longombe et al	Abril de 2003 - Junho de 2006	Goma, Nord-Kivu	Revisão de registro para triagem de co-ocorrência de fistula e estupro com <i>Doctors on Call for Service/HEAL Africa Hospital</i>	Estupro, violência sexual em geral, inserção de objetos grosseiros na vagina	4.715 casos dentre mulheres e meninas
Ministry of Planning	Janeiro - Agosto de 2007	RDC	Inquérito Demográfico e de Saúde (coleção de inquéritos domiciliares, nacionalmente representativo de mulheres de 15 a 49 anos)	Sexo forçado, sexo forçado com parceiro íntimo, primeira experiência sexual forçada	16% das mulheres sofreram sexo forçado (4% nos 12 meses precedentes); primeira experiência sexual de 9,9% das mulheres foi forçada; 35% das mulheres foram forçadas a fazer sexo com parceiro íntimo
Ohambe et al	Setembro - Dezembro de 2003	Sud-Kivu	Grupos focais e entrevistas em profundidade; participantes identificados através de rede ou de amostragem bola de neve; avaliação da documentação de apoio de organizações locais	Estupro, abuso sexual, estupro em grupo, estupro envolvendo a inserção de objetos em órgãos genitais da vítima	De 492 mulheres e meninas com idades entre 12 e 70 anos, 21,3% haviam sido estupradas, 79% tinham sofrido estupro coletivo, e 12,4% tinham sofrido estupro envolvendo inserção de objetos em seus órgãos genitais
Onsrud et al	Novembro de 2005 - Novembro de 2007	Bukavu, Sud-Kivu	Revisão do registro de pacientes em tratamento da fistula no Hospital de Paraz para triagem da co-ocorrência entre fistula e estupro	Estupro, estupro em grupo, violência sexual em geral	24 de 604 pacientes de fistula (4%) com idades entre 3 e 45 anos relataram co-ocorrência de estupro
Pham et al	Setembro - Dezembro de 2007	Nord-Kivu, Sud-Kivu, Ituri district of Orientale	Pesquisa domiciliar com amostragem aleatória <i>cluster</i> em múltiplas etapas de 2.620 residentes adultos do sexo masculino e feminino	Violação sexual	396 participantes relataram violação sexual (15,8% de todos os homens e mulheres participantes)
Steiner et al	Janeiro de 2005 - Dezembro de 2007	Sud-Kivu	Estupros registrados pelo programa de apoio médico-social Malteser Internacional (centros de saúde especializados e organizações baseadas na comunidade) através de extração de documento	Estupro	20.517 mulheres e meninas relataram estupro, e 66% das pacientes em 2005 foram tratadas de infecções sexualmente transmissíveis
Taback et al	Outubro de 2005 - Março de 2007	RDC (60% dos relatos eram de Sud-Kivu, Orientale, e Nord-Kivu)	Relatórios de direitos humanos mensais da Missão das Nações Unidas na RDC, com base em entrevistas realizadas com indivíduos vítimas de abuso e testemunhas	Violência sexual em geral	218 relatos envolvendo 500 indivíduos vítimas de abuso; 210 pacientes (96%) eram do sexo feminino, e 62 (30%) eram menores de idade do sexo feminino; de 44 relatos envolvendo a polícia, 50% ocorreram em custódia
Van Herp et al	1998 - 2000 e 2001	Cinco locais de pesquisa em Equateur, Katanga, Bas-Congo e Bandundu	Pesquisa domiciliar envolvendo amostragem aleatória <i>cluster</i> em duas etapas	Abuso sexual	188 casos de 3620 domicílios (aproximadamente 5%)

PETERMAN, PALERMO, BREDENKAMP. "Estimates and Determinants of Sexual Violence Against Women in the Democratic Republic of Congo". American Journal of Public Health. Vol 101, No. 6. 2011, p.1060-1068.

## REFERÊNCIAS

AMNESTY INTERNATIONAL. *“Human Rights Defenders under attack in the democratic Republic of the Congo”*. 2010

AZEVEDO, Thalia. **A Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança: Segurança como emancipação**. SAN TIAGO DANTAS. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). São Paulo. 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

\_\_\_\_\_. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998

BBC NEWS. **“Milícias usam violência sexual como arma de guerra no Congo”**. 2012. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/08/120814\\_congo\\_estupro\\_ru.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/08/120814_congo_estupro_ru.shtml)> Acesso em: 02/12/2015, 11h38m.

BEZERRA, Catarina. **A construção da paz na Colômbia durante o Governo Pastrana (1998-2002): uma análise sobre os prismas da segurança humana e do *peacebuilding from below***. Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa. 2014.

BOOTH, Ken. ***Security and Emancipation***. Review of International Studies, vol. 17, nº4. Cambridge. 1991, p.317-326.

\_\_\_\_\_. **Three Tyrannies**. Human Rights and Global Politics. United Kingdom: Lynne Rienner. 1999.

\_\_\_\_\_. ***Dare not to know***. International Relations Theory Today. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press. 1997.

BURCHILL, Scott e LINKLATER, Andrew. ***Theories of International Relations***. Nova Iorque: St. Martin's Press. 1996.

BUSS, Doris. **“Rethinking Rape as a Weapon of War”**. Feminist Legal Studies, vol. 17. 2009. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1373975](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1373975) Acesso em: 04/12/2015, 17h24m

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

BUZAN, Barry, HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Trad. Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp. 2012.

CASTELLANO, Igor. **Guerra e Construção do Estado na República Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2011.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG. 2012, p.385-417.

CEERT. **“No Congo, 48 mulheres são estupradas a cada hora”**. 2012. Disponível em: <http://www.ceert.org.br/acontece/noticia.php?id=2741> Acesso em: 18/11/2015, 08h18m.

CHANG, Há-Joo. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP. 2004.

CONGO WOMEN. **“Physical and psychological impact of rape”**. Disponível em: <http://congowomen.org/essays/the-democratic-republic-of-congo-physical-and-psychological-impact-of-rape/> Acesso em: 10/09/2015, 22h56m.

CONGO WOMEN. **“Woman in global conflict”**. Disponível em: <http://congowomen.org/essays/women-in-global-conflict-sexual-violence-is-not-inevitable/> Acesso em: 10/09/2015, 22h59m.

CONGO WOMEN. **“Judicial Response to sexual violence”**. Disponível em: <http://congowomen.org/essays/the-democratic-republic-of-congo-justice-response-to-sexual-violence/> Acesso em: 10/09/2015, 23h02m.

COPELON, Rhonda. **Women and War Crimes**. St. John’s Law Review, v. 69. 1995, p. 61-68. Disponível em: <http://www.law-lib.utoronto.ca/Diana/fulltext/cope2.pdf> Acesso em: 05/12/2015, 17h41m.

COX, Robert. **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**, in R. Keohane (ed.), Neorealism and Its Critics. New York: Columbia University Press. 1986.

DONADÍO, Marcela R, RIAL, Juan. **La Sombra de la violencia. Mujeres y fuerzas de paz em Haiti y el Congo: un análisis de género y de seguridad desde la perspectiva latinoamericana**. 1ª ed. – Buenos Aires: RESDAL. 2013.

DONNELLY, Jack. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. IN: GUIMARÃES, Samuel P.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. (orgs). Direitos Humanos no Século XXI. IPRI: São Paulo. 1998.

DOUMA, Nynke. HILHORST, Dorothea. **Fonde the Commerce? Sexual violence assistance in the Democratic Republic of Congo**. Wageningen University. 2012, p. 27-49.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1979.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade: A vontade do saber**. São Paulo: 1ª Edição Paz e Terra. 2014.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade: O uso dos prazeres**. São Paulo: 1ª Edição Paz e Terra. 2014.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: 2ª Edição Editora WMF Martins Fontes. 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes. 1979.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática de liberdade: a sociedade brasileira em transição**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2014.

FUKUYAMA, Francis. **Elementos en la Estatalidad**. In: La Construcción del Estado: hacía un nuevo orden mundial em el siglo XXI. Buenos Aires: Ediciones B. 2005.

GALTUNG, Johan. **Cultural Violence**. *Journal of Peace Research*, Vol. 27, No. 3. 1990, p. 291-305.

\_\_\_\_\_. **Theories of Peace: A Synthetic Approach to Peace Thinking**. 1ª ed. Oslo: International Peace Research Institute. 1967.

\_\_\_\_\_. **Transcend and Transform An Introduction to Conflict Work Peace By Peaceful Means**. 2004.

\_\_\_\_\_. **Transcender e transformar**. São Paulo: Palas Athena. 2006.

GELEDÉS. **“Para Mulheres Negras, a quem o estupro diz respeito, raça precedeu questões de gênero”** 2014. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/para-mulheres-negras-quem-o-estupro-diz-respeito-raca-precedeu-questoes-de-genero-por-maria-rita/#axzz3Kk9mW3di> Acesso em: 18/11/2015, 09h30m.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez. 2010.

HABERMAS, Jürgen. **O Ocidente Dividido**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2006.

HARVARD HUMANITARIAN INITIATIVE. **“Characterizing Sexual Violence in the Democratic Republic of the Congo Profiles of Violence, Community Responses, and Implications for the Protection of Women”**. 2009. Disponível em: [http://hhi.harvard.edu/sites/default/files/publications/publications\\_-\\_women\\_characterizing\\_sexual\\_violence.pdf](http://hhi.harvard.edu/sites/default/files/publications/publications_-_women_characterizing_sexual_violence.pdf) Acesso em 18/11/2015, 10h30m.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). **“Democratic Republic of Congo: Ending Impunity for Sexual Violence”**. 2014. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2014/06/10/democratic-republic-congo-ending-impunity-sexual-violence> Acesso em 06/12/2015, 14h14m.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque das Civilizações e a recomposição da Nova Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva. 1997.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais da Nova Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva. 1997.

KALDOR, Mary, BEEBE, Shannon D. **The Ultimate Weapon is no Weapon**. 1ª ed. New York: Perseus Books. 2010.

KERR, Pauline. **Human Security**. In: COLLINS, Alan (org.). *Contemporary Security Studies*. New York: Oxford University Press Inc. 2007.

LAUSENGE, Julienne. **Débat public du Conseil de sécurité sur les femmes, la paix et la sécurité**. 2015. Disponível em: [http://womenpeacesecurity.org/media/pdf-NGOWG\\_OpenDebate\\_Lusenge\\_Oct2015\\_FR.pdf](http://womenpeacesecurity.org/media/pdf-NGOWG_OpenDebate_Lusenge_Oct2015_FR.pdf) Acesso em 06/12/2015, 14h35m.

LWAMBO, Desiree. **“Before the War, I was a Man”: Men and Masculinities in Eastern DR Congo**. HEAL. Africa. 2011, p.6-25. Disponível em: <http://www.healafrica.org/wp-content/uploads/2011/10/men-and-masculinities-in-eastern-dr-congo.pdf> Acesso em: 02/12/2015, 18h24m.

LYNN-JONES, Sean M. **International Security Studies after the Cold War: An Agenda for the Future**. CSIA Discussion Paper, Kennedy School of Government. Boston: Harvard University. 1991.

LYON, David. **Pós Modernidade**. São Paulo: Paulus. 1998.

MAGIS, Audrey. **Médicos no Mundo: Sob Fogo Cruzado**. Disponível em <https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=700Disponível> Acesso em: 06/12/2015, 8h25m.

MAMA, Amina. **Beyond the Masks: Race, Gender and Subjectivity**. London: Routledge 1995

MEMMI, Albert. **Retrato do Descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros**. Tradução de Marcelo Jacque de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

MONTE, Izadora Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais – Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Brasília. 2010.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: EDUNB/IPRI; São Paulo: IOESP. 2003.

NADINE, Puechguirbal. **Women and War in the Democratic Republic of the Congo**. Chicago: Journal of Women in Culture and Society, vol. 28, no. 4. 2003.

NAVAZ, Liliana Suárez, CASTILLO, Rosalva Aída Hernández. **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. 2008.

NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2005.

PALERMO, Tia. **“When the numbers do not add up: Researchers and media struggle with stats on sexualized violence”**. 2012. Disponível em: <http://www.womenundersiegeproject.org/blog/entry/researchers-and-media-struggle-with-stats-on-sexualized-violence> Acesso em: 06/12/2015, 8h05m.

PATERMAN, C. **Críticas feministas a la dicotomia público/privado**. In. Perspectivas feministas en teoría política, ed. C Castells. Barcelona: Paidós. 1996.

PETERMAN, PALERMO, BREDENKAMP. **“Estimates and Determinants of Sexual Violence Against Women in the Democratic Republic of Congo”**. American Journal of Public Health. Vol 101, No. 6. 2011, p.1060-1068.

PUREZA, José Manuel. **A novidade sobre estudos de paz**. Disponível em: [http://www.janusonline.pt/1998fa/1998fa\\_1\\_12.htm](http://www.janusonline.pt/1998fa/1998fa_1_12.htm) Acesso em: 28/11/2015, 21h53m.

RAMOS, Luís. **Que palhaçada é essa? A atuação clown no Cristo Rangel sob a luz da Segurança Humana e da Emancipação**. Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa. 2012.

RAMSBOTHAM, O., WOODHOUSE, T., MIALL, H. *Contemporary Conflict Resolution*. 2ª ed. Cambridge: Polity Press. 2005.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

SANTOS, B. de S. **Entre o próspero e o Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e interidentidade**. Em: Ramalho, I, Ribeiro, A.S. (orgs.) *Entre ser e estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento. 2001.

\_\_\_\_\_. **Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro**. Centro de Estudos Sociais, Universidade do Minho. 2004.

SILVA, Murilo Mesquita Melo e. **A Reestruturação Conceitual e Taxonômica dos *Weak e Rogue States*: securitização do subdesenvolvimento e instrumentalização política**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa. 2013

SPENCER, Sarah W. ***Making Peace: Preventing and Responding to sexual exploitation by United Nations Peacekeepers***. *Journal of Public and International Affairs* 16. 2005.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era**. Cambridge: Cambridge University Press. 1994.

\_\_\_\_\_. ***Gendering World Politics – Issues and Approaches in the Post-Cold War Era***. New York: Columbia University Press. 2001.

TANNO, Grace. **A Escola de Copenhague: uma contribuição aos estudos de segurança internacional**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – PUC-RIO. Rio de Janeiro. 2002.

THE GUARDIAN. **“Forty-eight women raped every hour in Congo, study finds”**. 2011. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2011/may/12/48-women-raped-hour-congo>> Acesso em: 04/12/2015 14h33m

TICKNER, J. Ann. ***You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists***. *International Studies Quarterly*, 41, nº4. 1997.

TILLY, Charles. **Como a Guerra fez os Estados**. In: *Coerção Capital e Estados Europeus*. São Paulo: EDUSP. 1996.

\_\_\_\_\_. ***Democracy***. New York: Cambridge University Press. 2007.

UN. **“RDC: é preciso levar ao Tribunal os responsáveis por violações em massa”**. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/29102-rdc-e-preciso-levar-a-tribunal-os-responsaveis-por-violacoes-em-massa> Acesso em: 06/12/2015, 12h13m.

UN WOMEN. **“Executive Director to visit Democratic Republic of the Congo”**. Disponível em: [www.unwomen.org/en/news/stories/2015/12/executive-director-to-visit-democratic-republic](http://www.unwomen.org/en/news/stories/2015/12/executive-director-to-visit-democratic-republic)

of-the-congo Acesso em: 02/12/2015 15h38m

UN WOMEN. **"In the words of Julienne Lusenge: Women are the first victims of war in the Democratic Republic of the Congo"** Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2015/11/in-the-words-of-julienne-lusenge#sthash.zy5xMVed.dpuf> Acesso em: 02/12/2015, 15h38m.

UN WOMEN. **"Congolese refugees living with HIV forge ahead, gaining independence"** Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2014/2/congolese-refugees-living-with-hiv#sthash.MvDa21hd.dpuf> Acesso em: 02/12/2015, 15h38m.

UN WOMEN. **"During the 16 days of activism, UN Women Executive Director visits DRC"** Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2015/12/executive-director-visits-drc#sthash.19zt2y32.dpuf> Acesso em: 02/12/2015, 15h38m.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Ed. Gradiva, Lisboa. 2002.

WEBER, Max. **A Instituição Estatal Racional e os Modernos Partidos Políticos e Parlamentos**. In: *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 5 ed. Brasília: UnB. 1999

WEISS, Herbert. **Civil War in the Congo**. *Society Abroad*. 2001.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge Univ. Press. 1999.

\_\_\_\_\_. **Anarch is what states make of it: the social construction of power politics**. In.: **International Organization**. Vol. 46, n. 3. p. 391-425. 1992.

YOUNG, Iris Marion. **Justice, Governance, Cosmopolitanism and the Politics of Difference – reconfiguration in a transnational world**. *Distinguished W.E.B. Du Bois Lectures*. 2005.